

CARES - Companhia de Seguros, S.A.

Relatório e Contas 2010

Índice

3	Órgãos Sociais
4	Relatório do Conselho de Administração
13	Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2010
19	Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2010
90	Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros
95	Relatório Sobre o Governo da Sociedade
114	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal e Certificação Legal de Contas

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente
Secretário

José Filipe de Sousa Meira
Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

Conselho de Administração

Presidente

CAIXA SEGUROS E SAÚDE, S.G.P.S., S.A., que nomeou
para exercer o cargo em nome próprio,
Francisco Adelino Gusmão Esteves de Carvalho

Vogais

Fernando Augusto Ferreira Santos
Ana Rita Martins Sambado de Macedo

Conselho Fiscal

Presidente
Vogais

Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias
João Filipe Gonçalves Pinto
Luís Máximo dos Santos
João Manuel Gonçalves Correia das Neves Martins

**Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas**

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por
João Carlos Henriques Gomes Ferreira, ROC

1. Relatório do Conselho de Administração

Relatório do Conselho de Administração

Senhor Accionista

De acordo com as disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da CARES – Companhia de Seguros S.A., vem apresentar a V. Exa. o relatório e contas do exercício de 2010.

1. Enquadramento Macroeconómico e Competitivo

1.1. A Economia Internacional

O ano de 2010 fica marcado pela recuperação das economias mundiais, após uma profunda e generalizada crise económico-financeira, com impactos relevantes no sector bancário. Esta tendência de retoma fica igualmente caracterizada por assimetrias regionais importantes, tendo as economias emergentes evidenciado níveis de crescimento mais pronunciados e sustentados do que as economias desenvolvidas, que, na sua globalidade, estão condicionadas por elevados desequilíbrios orçamentais e níveis de endividamento.

Em termos quantitativos, a economia mundial terá registado, em 2010, um crescimento próximo de 5%, com particular destaque para a China (10,5%), Índia (9,7%) e Brasil (7,5%), enquanto os países desenvolvidos terão apresentado valores abaixo de 3%.

Apesar de as taxas de juro de referência para empréstimos a empresas e particulares se terem mantido em níveis historicamente baixos, devido à intervenção dos Bancos Centrais, verificou-se um aumento das taxas de juro efectivas e uma maior dificuldade no acesso ao crédito decorrente da adopção, por parte das entidades bancárias, de políticas mais restritivas na concessão de crédito, dados os receios sobre a capacidade de cumprimento de obrigações por parte de empresas e particulares, situação que foi agravada pela incerteza em torno da dívida soberana de alguns países europeus.

De referir, ainda, que os mercados accionistas evidenciaram comportamentos díspares, em linha com as perspectivas económicas para cada região. Assim, verificaram-se valorizações nas economias emergentes, EUA e nos países europeus tidos como economicamente mais sólidos, e, por outro lado, ocorreu uma queda dos índices bolsistas nos países europeus que apresentam elevados níveis de endividamento e dificuldades relacionadas com a dívida soberana.

1.2. A Economia Portuguesa

A actividade económica nacional registou, em 2010, uma expansão de 1,3%, menos intensa do que o valor de 1,7% evidenciado pela zona Euro, retomando o processo de divergência verificado nos últimos anos, em linha com a evolução do PIB potencial.

Esta situação é agravada pelos défices externo e orçamental e por um elevado endividamento público e privado, num contexto de receios sobre a dívida soberana que tem acarretado taxas de juro que, a prazo, são consideradas incomportáveis, colocando pressão acrescida no Orçamento de Estado e limitando o desenvolvimento futuro do País, atendendo às perspectivas sobre a evolução dos custos de financiamento de novos projectos.

O acréscimo da actividade económica proveio quer da procura interna, por via do Consumo, quer da procura externa, devido a um maior acréscimo das Exportações, o que contribuiu para a redução do défice conjunto das Balanças Corrente e de Capital para cerca de 8,8% do PIB.

A inflação, medida pelo IHPC, evidenciou um valor de 1,4%, reflectindo a evolução de preços dos bens energéticos e de matérias-primas, cuja tendência de subida foi intensificada pelo movimento de desvalorização do Euro face ao Dólar.

No que respeita à taxa de desemprego verificou-se, em 2010, um aumento da taxa média anual para 10,6%, motivada pelo encerramento/racionalização de empresas e pela menor criação de novos postos de trabalho.

As previsões económicas do Banco de Portugal para 2011 apontam para uma contracção da economia em 1,3%, penalizada pelo decréscimo do consumo e do investimento, cujo efeito é atenuado pelo esperado aumento das exportações. Esta projecção comporta, contudo, um conjunto de riscos susceptíveis de provocar um abrandamento mais pronunciado, nomeadamente no que respeita à conjuntura internacional, à situação orçamental e ao financiamento do sistema bancário.

Apesar do decréscimo da actividade económica, a evolução esperada para os preços das matérias-primas (com destaque para o petróleo) e o aumento da taxa de IVA, deverão conduzir a um aumento da taxa de inflação para 2,7%, o que num contexto de redução/moderação salarial conduzirá a uma perda efectiva de poder de compra.

1.3. Enquadramento Competitivo da Área Seguradora

De acordo com os elementos divulgados pelo Instituto de Seguros de Portugal, o mercado segurador terá contabilizado, na sua actividade em Portugal, um valor de 16,3 mil milhões de euros (cerca de 10% do PIB) de prémios de seguro directo, incluindo recursos captados via contratos de investimento, a que corresponde um acréscimo de 12,5% face a 2009.

Esta evolução decorre essencialmente dos ramos Vida (17,2%), que reflectiram a maior apetência dos clientes por produtos de poupança de longo prazo, tendo os ramos Não Vida evidenciado um crescimento mais modesto (0,7%), uma vez que se encontram influenciados pela difícil situação económica e pela degradação do nível de preços. Tal facto fez-se sentir de forma mais intensa nos ramos Acidentes de Trabalho e Transportes, havendo a referir, pela positiva, o aumento da carteira de prémios dos ramos Doença, Multirriscos e Responsabilidade Civil. O ramo Automóvel, aquele que maior impacto tem na actividade da Cares, registou em 2010 um crescimento marginalmente positivo (0,4%), depois de ter registado quebras nos três anos anteriores.

No que respeita ao grau de concentração do mercado segurador, verificou-se um comportamento diferenciado nos ramos Vida e Não Vida. Assim, nos ramos Vida assistiu-se a um aumento dos níveis de concentração, tendo os cinco principais Grupos Seguradores passado a deter 84,9% do Mercado (um aumento de 2,5 pp. face a 2009), enquanto nos ramos Não Vida se verificou uma redução de representatividade dos cinco principais operadores para 61,3%, menos 0,5 pp. que em 2009.

Em termos regulamentares, verificou-se a publicação de um conjunto de diplomas legais e de normas regulamentares relativas à actividade Seguradora, sendo de destacar as normas sobre provisões técnicas, regularização de sinistros, mediação, publicidade e reclamações.

2. Actividade da Cares

2.1. Síntese da Actividade

No ano de 2010 a Companhia registou uma ligeira contracção do seu volume de negócios. O montante dos prémios líquidos de resseguro ascendeu a 46.415 milhares de Euros o que representa um decréscimo da ordem de 0,8% em relação ao exercício anterior.

No ramo de Assistência em Viagem, a frequência registada na parcela que está ligada à Responsabilidade Civil Automóvel, voltou a registar em 2010 um crescimento em relação ao ano anterior, embora mais atenuado. Ao analisarmos a evolução deste indicador com maior detalhe, verificamos que pelo segundo

ano consecutivo o acréscimo verificado em Portugal mais do que compensou o decréscimo do valor registado no estrangeiro, reforçando a ideia de que os efeitos prolongados da crise levaram os portugueses a substituir as férias no estrangeiro por férias em Portugal. Outro possível efeito das dificuldades financeiras sentidas pelas famílias revela-se na manutenção da atitude das pessoas em relação ao automóvel, nomeadamente no que respeita à frequência das operações de manutenção, o que também contribui para a evolução verificada.

Esta possível contracção na despesa das famílias poderá contribuir para a estabilidade registada no custo médio dos sinistros, apesar do agravamento de custos resultante de uma maior utilização das novas garantias oferecidas e do aumento da taxa do IVA a meio do ano, o que poderá indiciar a utilização dos veículos em deslocações mais curtas, circunscritas às áreas de residência e de trabalho dos automobilistas.

Nesta conjuntura houve necessidade de manter e aperfeiçoar um cuidadoso controlo de custos, tanto no que refere aos custos internos como aos custos com sinistros através de uma melhoria da gestão da rede externa, tendo sempre presente o objectivo de garantir a qualidade do serviço prestado.

Na vertente financeira e apesar da manutenção de taxas de juro baixas e de se ter verificado alguma instabilidade nos últimos meses do ano nos mercados obrigacionistas, em particular em relação à dívida pública dos Estados mais endividados, devemos salientar o facto do resultado financeiro técnico de 2010 evidenciar uma melhoria de 20% em relação a 2009, atingindo cerca de 1.076 mil Euros positivos.

O número total de processos abertos com seguimento dos dois ramos explorados pela CARES, Assistência e Protecção Jurídica, ascendeu em 2010 a mais de 362 mil, o que representou um crescimento de cerca de 2%.

A evolução dos Prémios, Sinistros e Resultados nos três últimos anos foi a seguinte:

(Valores em Euros)

Ano	Prémios líquidos de resseguro	Sinistros	Resultados do Exercício
2008	43 052 316	39 376 899	430 755
2009	46 798 414	41 288 024	3 247 627
2010	46 415 279	38 247 847	5 305 673

2.2. Acontecimentos Relevantes

Culminando o esforço desenvolvido pela Companhia ao longo de 2009, na implementação de um sistema de gestão da qualidade, foi obtida em Fevereiro de 2010 a certificação de toda a actividade da empresa segundo o referencial da norma NP EN ISO 9001:2008.

O envolvimento e empenhamento de todos os colaboradores da empresa neste projecto, manteve-se ao longo do ano, com resultados visíveis na melhoria da qualidade dos processos de gestão.

Em meados do ano, concretizou-se o arranque real do projecto de geolocalização dos meios de reboque dos nossos fornecedores, cuja adesão a este nosso desafio tecnológico nos apraz registar. Este projecto consiste na localização via GPS do reboque disponível mais próximo do local da assistência, o que permite uma melhoria muito significativa na qualidade do serviço prestado aos nossos Clientes, ao reduzir o tempo de chegada dos meios ao local da assistência.

Até ao final de 2010, o sistema ficou operacional nas regiões da Grande Lisboa, Grande Porto e Algarve, abrangendo cerca de meia centena de fornecedores e mais de três centenas de reboques.

Apesar da ainda relativamente curta experiência deste sistema, já ultrapassámos o objectivo de requisitar através do mesmo, 80% dos serviços solicitados na região abrangida.

2.3. Recursos Humanos e Tecnológicos

Reforçou-se no decurso do ano de 2010 a preocupação de investir na formação de forma a potenciar a capacidade e as competências do quadro de pessoal, tendo sido ministradas um total de 6.843 horas de formação, mais do que duplicando o seu número em relação a 2009.

A sociedade continuou igualmente a investir em melhorias nos seus recursos tecnológicos, principalmente no domínio da informática e das comunicações.

2.4. Provisões

Não se prevendo novas consequências para a actividade da CARES da instabilidade e incerteza registada nos anos de 2008 e 2009 nos mercados financeiros e da estagnação ou mesmo recessão esperada para a actividade económica nos próximos tempos, justifica-se agora o regresso aos habituais níveis de prudência em relação ao provisionamento, abandonando-se a política muito conservadora praticada em 2008 e 2009.

Segurança Social

De acordo com o disposto no Decreto-lei n.º 411/91 de 17 de Outubro, o Conselho de Administração declara que a sociedade não tem dívidas vencidas perante a Segurança Social.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe ao Senhor Accionista que os resultados positivos apurados no valor de 5.305.673,09 Euros tenham a seguinte aplicação:

Reserva legal: 530.567,31 Euros, ficando o remanescente à disposição do Senhor Accionista.

Agradecimentos

O Conselho de Administração quer deixar expressos os seus agradecimentos:

- Aos clientes e fornecedores pelo apoio constantemente recebido.
- Às autoridades de supervisão, em particular o Instituto de Seguros de Portugal, pelo especial acompanhamento do sector e intervenção oportuna;
- À Associação Portuguesa de Seguradores, pelo esforço de representação das seguradoras em áreas de interesse comum;
- Ao Accionista pelo apoio concedido ao longo do exercício.
- Aos elementos da Mesa da Assembleia Geral e Conselho Fiscal, pelo interesse, disponibilidade e empenho demonstrados no acompanhamento e controlo da actividade da Companhia;
- A todos os colaboradores que, com dedicação e profissionalismo, têm contribuído para o desenvolvimento da companhia.

Lisboa, 21 de Fevereiro de 2011

O Conselho de Administração

Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

Relação dos accionistas que em 31.12.2010 detinham pelo menos 1/10 do Capital Social (Artigo 448, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais):

Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A.	1 500 000 acções

Acções detidas pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização em 31.12.2010 (Artigo 447º, n.º 5, do Código das Sociedades Comerciais):

Não existem

Informação a que se refere a Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de Março, e a Lei nº 28/2009, de 19 de Junho:

Conselho de Administração

(Milhares de Euros)

	Presidente	Vogal	Vogal	Total Agregado do Conselho de Administração
	Francisco Adelino Gusmão Esteves de Carvalho	Fernando Augusto Ferreira Santos (1)	Ana Rita Martins Sambado de Macedo	
Remunerações Fixas	0,0	150,2	0,0	150,2
Remunerações Variáveis	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	0,0	150,2	0,0	150,2

(1) tem atribuída viatura de serviço, incluindo combustível, adquirida em regime de renting, de acordo com plafonds fixados no âmbito do grupo. Tem também atribuído telemóvel de serviço.

Conselho Fiscal

(Milhares de Euros)

	Presidente	Vogal	Vogal	Suplente	Total Agregado do Conselho Fiscal
	Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	João Filipe Gonçalves Pinto	Luís Augusto Máximo Santos	João Manuel Gonçalves Correia das Neves Martins	
Remunerações Fixas	8,9	7,0	7,0	0,0	22,9
Remunerações Variáveis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	8,9	7,0	7,0	0,0	22,9

O Conselho de Administração

2. Demonstrações Financeiras

em 31 de Dezembro de 2010

Balanços em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Nº de Identificação Fiscal: 503 411 515

(Valores em Euros)

Notas do Anexo	Balanço	31/12/2010			31/12/2009
		Valor Bruto	Imparidade/ depreciações ou ajustamentos	Valor Líquido	
	ACTIVO				
8	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	9 717 017		9 717 017	13 062 421
7	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	429 386		429 386	429 386
	Activos financeiros detidos para negociação	-		-	-
6	Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial				
	ao justo valor através de ganhos e perdas	390 592		390 592	356 415
	Derivados de cobertura	-		-	-
6	Activos disponíveis para venda	32 038 276	(157 492)	31 880 784	26 121 175
	Empréstimos e contas a receber				
38	Depósitos junto de empresas cedentes	1 144 367		1 144 367	1 258 349
	Outros depósitos	15 098 125		15 098 125	15 044 261
	Empréstimos concedidos	-		-	-
	Contas a receber	-		-	-
	Outros	-		-	-
	Investimentos a deter até à maturidade	-		-	-
	Terrenos e edifícios				
	Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	-
9	Terrenos e edifícios de rendimento	750 000	-	750 000	750 000
10	Outros activos tangíveis	978 306	(832 986)	145 320	85 213
	Inventários	-		-	-
	Goodwill	-		-	-
12	Outros activos intangíveis	213 913	(200 118)	13 795	25 117
	Provisões técnicas de resseguro cedido				
	Provisão para prémios não adquiridos	-		-	-
	Provisão matemática do ramo vida	-		-	-
	Provisão para sinistros	-		-	-
	Provisão para participação nos resultados	-		-	-
	Provisão para compromissos de taxa	-		-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-		-	-
	Outras provisões técnicas	-		-	-
	Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-		-	-
	Outros devedores por operações de seguros e outras operações				
39	Contas a receber por operações de seguro directo	831	-	831	30 296
39	Contas a receber por outras operações de resseguro	3 703 865	-	3 703 865	2 660 796
39	Contas a receber por outras operações	83 551	-	83 551	115 335
	Activos por impostos				
24	Activos por impostos correntes	-		-	-
24	Activos por impostos diferidos	345 124		345 124	310 021
40	Acréscimos e diferimentos	90 048		90 048	81 710
	Outros elementos do activo	-		-	-
	TOTAL ACTIVO	64 983 401	(1 190 596)	63 792 805	60 330 495

Balancos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Nº de Identificação Fiscal: 503 411 515

(Valores em Euros)

Notas do Anexo	Balanco	31/12/2010	31/12/2009
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
	Provisões técnicas		
4	Provisão para prémios não adquiridos	19 472 608	19 428 560
	Provisão matemática do ramo vida	-	-
	Provisão para sinistros		
	De vida	-	-
	De acidentes de trabalho	-	-
4	De outros ramos	24 189 265	23 094 768
4	Provisão para participação nos resultados	46 544	16 946
	Provisão para compromissos de taxa	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-
	Provisão para desvios de sinistralidade	-	-
4	Provisão para riscos em curso	201	1 462
	Outras provisões técnicas	-	-
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-
	Outros passivos financeiros	-	-
	Derivados de cobertura	-	-
	Passivos subordinados	-	-
	Depósitos recebidos de resseguradores	-	-
	Outros	-	-
23	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	32,476	104,096
	Outros credores por operações de seguros e outras operações		
41	Contas a pagar por operações de seguro directo	67	1 703
41	Contas a pagar por outras operações de resseguro	102 391	989 622
41	Contas a pagar por outras operações	200 503	297 260
	Passivos por impostos		
24	Passivos por impostos correntes	1 842 031	1 124 390
24	Passivos por impostos diferidos	29 726	42 867
40	Acréscimos e diferimentos	551 844	487 493
13	Outras provisões	416 372	445 874
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-
	TOTAL DO PASSIVO	46 884 028	46 035 041
	CAPITAL PRÓPRIO		
25	Capital	7 500 000	7 500 000
	(Acções Próprias)	-	-
	Outros instrumentos de capital	-	-
	Reservas de reavaliação		
26	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	(784 597)	(522 896)
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-
	Por revalorização de activos intangíveis	-	-
	Por revalorização de outros activos tangíveis	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-
	De diferenças de câmbio	-	-
26	Reserva por impostos diferidos	207 918	138 568
26	Outras reservas	4 499 355	3 601 688
26	Resultados transitados	180 428	330 467
26	Resultado do exercício	5 305 673	3 247 627
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	16 908 777	14 295 454
	TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	63 792 805	60 330 495

Conta de Ganhos e Perdas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Nº de Identificação Fiscal: 503 411 515

(Valores em Euros)

Notas do Anexo	Contas de Ganhos e Perdas	31/12/2010				31/12/2009
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	Total
	Prémios emitidos líquidos de resseguro					
14	Prémios brutos emitidos	-	46 452 616	-	46 452 616	48 008 404
14	Prémios de resseguro cedido	-	-	-	-	-
14	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	(37 337)	-	(37 337)	(1 209 989)
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	-	-	-	-
	Comissões de contratos de seguro e operações considerado para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	-	-	-
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro					
	Montantes pagos					
4	Montantes brutos	-	(37 153 350)	-	(37 153 350)	(36 737 381)
4	Parte dos resseguradores	-	-	-	-	-
	Provisão para sinistros (variação)					
4	Montante bruto	-	(1 094 497)	-	(1 094 497)	(4 550 643)
4	Parte dos resseguradores	-	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-	1 262	-	1 262	(1 021)
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	-	-	-	-	-
	Montante bruto	-	-	-	-	-
	Parte dos resseguradores	-	-	-	-	-
4	Participação nos resultados, líquida de resseguro	-	(2 078 988)	-	(2 078 988)	(1 539 397)
	Custos e gastos de exploração líquidos					
21	Custos de aquisição	-	(188 065)	-	(188 065)	(210 427)
21	Custos de aquisição diferidos (variação)	-	(6 711)	-	(6 711)	(89 710)
	Gastos administrativos	-	(556 994)	-	(556 994)	(566 931)
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	-	-	-	-	-
	Rendimentos					
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	1 034 108	720 028	1 754 136	1 165 348
16	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
16	Outros	-	45 650	-	45 650	52 873
	Gastos financeiros					
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
21	Outros	-	(23 639)	-	(23 639)	(21 477)
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas					
17	De activos disponíveis para venda	-	11 300	-	11 300	(74 506)
	De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	-	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas					
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	82 972	-	82 972	(31 467)
18	Diferenças de câmbio	-	-	-	-	340
	Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-	10 000
9, 18	Perdas de imparidade (líquidas de reversões)					
6, 18	De activos disponíveis para venda	-	(78 049)	-	(78 049)	6 008
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	-	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	-	-
	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	-	-	-	-
13	Outras provisões (variação)	-	-	(13)	(13)	25 304
	Outros rendimentos/gastos	-	-	(36 794)	(36 794)	91 053
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	-	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-	-
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	-	6 410 278	683 221	7 093 499	4 326 381
24	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-	-	(1 766 720)	(1 766 720)	(1 059 142)
24	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	-	(21 106)	(21 106)	(19 612)
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	6 410 278	(1 104 605)	5 305 673	3 247 627

Demonstração de Variações do Capital Próprio nos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Nº de Identificação Fiscal: 503 411 515

(Valores em Euros)

Notas do Anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Reservas de reavaliação				Outras reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
			Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas			
	Saldos em 31 de Dezembro de 2008 (pró-forma)	7 500 000	-	(1 639 786)	-	430 040	1 248 598	2 310 014	330 468	430 755	10 610 089
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	1 116 890	-	-	-	-	-	-	1 116 890
26	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	-	(291 472)	-	-	-	-	(291 472)
26	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-	43 076	-	(1)	(43 076)	(1)
26	Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	-	(387 679)	(387 679)
	Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	3 247 627	3 247 627
	Saldos em 31 de Dezembro de 2009	7 500 000	-	(522 896)	-	138 568	1 291 674	2 310 014	330 467	3 247 627	14 295 454
	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	(261 701)	-	-	-	-	-	-	(261 701)
26	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	-	69 350	-	-	-	-	69 350
26	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-	339 858	557 809	(150 039)	(747 627)	1
26	Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	-	(2 500 000)	(2 500 000)
	Total das variações do capital próprio	7 500 000	-	(784 597)	-	207 918	1 631 532	2 867 823	180 428	-	11 603 104
	Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	5 305 673	5 305 673
	Saldos em 31 de Dezembro de 2010	7 500 000	-	(784 597)	-	207 918	1 631 532	2 867 823	180 428	5 305 673	16 908 777

Demonstração do Rendimento Integral para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Nº de Identificação Fiscal: 503 411 515

(Valores em Euros)

	2010	2009
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	5 305 673	3 247 627
Variação em valias potenciais de activos financeiros disponíveis para venda:		
Valor bruto	(261 701)	1 116 890
Imposto diferido	69 350	(291 472)
RENDIMENTO RECONHECIDO DIRECTAMENTE NO CAPITAL PRÓPRIO	(192 351)	825 418
TOTAL DOS RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO	5 113 322	4 073 045

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

Nº de Identificação Fiscal: 503 411 515

(Valores em Euros)

	2010	2009
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado líquido do exercício	5 305 673	3 247 627
Amortizações	107 567	100 545
Varição de provisões	1 065 759	5 710 370
Resultados financeiros	(1 792 358)	(1 107 119)
Ganhos na alienação de imobilizações	-	-
Perdas na alienação de imobilizações	-	-
(Aumento)/Diminuição das dívidas de terceiros	(981 820)	5 834 429
(Aumento)/Diminuição das existências	-	-
Aumento/(Diminuição) das dívidas a terceiros	(267 982)	1 531 426
(Aumento)/Diminuição dos custos diferidos	(6 968)	(4 022)
Aumento/(Diminuição) dos proveitos diferidos	-	98
(Aumento)/Diminuição dos acréscimos de proveitos	(1 371)	27 453
Aumento/(Diminuição) dos acréscimos de custos	64 351	(42 296)
Aumento/(Diminuição) dos impostos diferidos	21 107	19 612
Fluxos das actividades operacionais (1)	3 513 958	15 318 122
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	(5 995 368)	(17 631 514)
Imobilizações corpóreas	0	0
Imobilizações incorpóreas		
Empréstimos concedidos		
Subsídios ao investimento		
Juros e proveitos similares	1 721 724	1 234 550
Dividendos		19
	(4 273 644)	(16 396 945)
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros		
Imobilizações corpóreas	154 484	50 996
Imobilizações incorpóreas	1 868	
Empréstimos concedidos		
	156 352	50 996
Fluxos das actividades de investimento (2)	(4 429 996)	(16 447 941)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos		
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		
Subsídios e doações		
Venda de acções (quotas) próprias		
Cobertura de prejuízos		
	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos		
Amortizações de contratos de locação financeira		
Juros e custos similares	(70 634)	127 450
Dividendos	2 500 000	387 679
Reduções de capital e prestações suplementares		
Aquisição de acções (quotas) próprias		
	2 429 366	515 129
Fluxos das actividades de financiamento (3)	(2 429 366)	(515 129)
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	(3 345 405)	(1 644 949)
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	13 062 421	14 707 370
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9 717 017	13 062 421

3. Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2010

1. Constituição e Actividade

A CARES – Companhia de Seguros, S.A. (Companhia ou Cares) foi constituída em 16 de Março de 1995 com a denominação social de “Companhia de Seguros Tagus – Seguros de Assistência, S.A.”, alterada para “CARES – Companhia de Seguros de Assistência, S.A.” em 31 de Março de 1998. Em 23 de Abril de 2002, a denominação social foi alterada para a actual.

A Companhia, pessoa colectiva n.º 503.411.515 matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o mesmo número, tem sede em Lisboa, na Avenida José Malhoa n.º 13, 7º andar.

A Companhia tem como objecto social o exercício da actividade de seguros nos ramos de Assistência e Protecção Jurídica, para a qual obteve as devidas autorizações do Instituto de Seguros de Portugal (“ISP”).

Conforme indicado na Nota 25, a Companhia é integralmente detida pela Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. (entidade inserida no Grupo Caixa Geral de Depósitos) e, consequentemente, as suas operações e transacções são influenciadas pelas decisões do Grupo em que se insere.

As demonstrações financeiras da Companhia em 31 de Dezembro de 2010 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de Fevereiro de 2011 e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração da Companhia admite que as demonstrações financeiras venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros. As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

2. Informação por Segmentos

Nos exercícios de 2010 e 2009 todos os prémios brutos emitidos são provenientes de contratos celebrados em Portugal.

Nos exercícios de 2010 e 2009 a distribuição dos resultados por linhas de negócio é a seguinte:

(Valores em Euros)

Rubricas	2010		
	Ramos Não Vida		Total
	Diversos		
	Protecção Jurídica	Assistência	
Prémios brutos emitidos	5 655 233	40 797 383	46 452 616
Prémios de resseguro cedido	-	-	-
Prémios brutos adquiridos	5 592 043	40 823 236	46 415 279
Resultado dos investimentos	221 093	851 249	1 072 342
Custos com sinistros brutos	2 054 659	36 193 188	38 247 847
Custos de exploração brutos	88 723	663 047	751 770
Resultado técnico	2 254 577	4 155 701	6 410 278
Provisões técnicas	9 588 139	34 120 479	43 708 618

(Valores em Euros)

Rubricas	2009		
	Ramos Não Vida		Total
	Diversos		
	Protecção Jurídica	Assistência	
Prémios brutos emitidos	5 623 334	42 385 070	48 008 404
Prémios de resseguro cedido	-	-	-
Prémios brutos adquiridos	5 407 746	41 390 669	46 798 415
Resultado dos investimentos	199 669	690 319	889 988
Custos com sinistros brutos	1 789 892	39 498 132	41 288 024
Custos de exploração brutos	102 766	764 302	867 068
Resultado técnico	3 009 536	983 697	3 993 233
Provisões técnicas	8 838 282	33 703 454	42 541 736

3. Base de Preparação das Demonstrações Financeiras e das Políticas Contabilísticas

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCEs), aprovado pela Norma nº 4/2007 – R, de 27 de Abril, com as alterações introduzidas pela Norma nº 20/2007- R, de 31 de Dezembro do Instituto de Seguros de Portugal (ISP), e com as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, excepto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adoptados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

3.1. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Princípio da especialização de exercícios

Os proveitos e os custos são reconhecidos contabilisticamente em função do período em que ocorrem as transacções que lhes estão subjacentes, independentemente do momento em que se efectuam as cobranças e os pagamentos.

Dado que os prémios são registados como proveitos no momento da emissão ou renovação das respectivas apólices e os sinistros quando são participados pelos segurados, é necessário efectuar certas periodificações de proveitos e custos. Estas periodificações afectam, basicamente, as seguintes rubricas:

i) Provisão para prémios não adquiridos

Reflecte a parte do prémio emitido antes do encerramento do exercício ainda não incorrida à data do balanço, com o objectivo de compensar os encargos futuros decorrentes dos contratos de seguros.

No caso do seguro directo é determinada, para cada contrato em vigor, por aplicação do método “Pró-rata temporis” aos prémios brutos emitidos.

No caso do resseguro aceite, para os contratos cujas apólices têm duração anual, é determinada por aplicação do método “pró-rata” aos prémios brutos recebidos. Nos restantes casos de resseguro aceite, é determinada de acordo com as condições específicas dos respectivos contratos.

A aplicação do método “pró-rata” para os contratos de resseguro aceite com as companhias de seguros pertencentes ao Grupo Caixa Geral de Depósitos (Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A., Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A. e Via Directa – Companhia de Seguros, S.A.) é efectuada de forma agregada para os prémios mensais recebidos para cada produto.

A Companhia difere os custos de aquisição, os quais não poderão exceder o limite máximo de 20% da provisão para prémios não adquiridos apurada em cada ramo definido pelo ISP.

ii) Provisão para riscos em curso

Destina-se a fazer face às situações em que os prémios processados não sejam suficientes para pagar as indemnizações e despesas imputáveis aos respectivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada para o seguro directo e para o resseguro aceite, com base nos rácios de sinistralidade, de cedência e de despesas, de acordo com o definido pelo ISP.

iii) Provisão para sinistros

Reflecte a estimativa das responsabilidades da Companhia por sinistros pendentes de liquidação à data do balanço, bem como das responsabilidades globais relativas aos sinistros ocorridos e não declarados (IBNR) até à data das demonstrações financeiras. Esta provisão incorpora também a estimativa de despesas a incorrer com regularização de sinistros.

O cálculo da provisão para sinistros declarados é efectuado através da estimativa sinistro a sinistro, considerando uma margem de prudência, sendo deduzido ao valor das responsabilidades apuradas o montante dos custos já pagos relativamente a esses sinistros.

A provisão para sinistros ocorridos e não declarados (IBNR) é constituída com base em elementos estatísticos referentes à actividade da Companhia.

Na sequência da Circular nº 28/2004, de 17 de Novembro, do Instituto de Seguros de Portugal, a Companhia regista uma provisão para despesas de regularização de sinistros, determinada com base no rácio entre as despesas gerais incorridas pela Companhia e o número de processos geridos, aplicado ao número de sinistros que se encontram em aberto no final do exercício, acrescido da estimativa de sinistros IBNR.

iv) Provisão para participação nos resultados

Reflecte a compensação financeira a pagar às companhias cedentes a título de participação nos resultados, sendo calculada por aplicação de uma percentagem, definida contratualmente, ao saldo positivo dos prémios de resseguro anuais líquidos da provisão para prémios não adquiridos e das indemnizações suportadas acrescidas da provisão para sinistros.

b) Investimentos em filiais

As filiais são registadas pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

c) Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso que é:

	Anos de vida útil
Equipamento administrativo	1 - 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	10
Material de transporte	4
Outro equipamento	8

d) Instrumentos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor. No caso de activos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos directamente atribuíveis à transacção são registados na rubrica "Encargos com serviços e comissões". Nas restantes situações, estes custos são acrescidos ao valor do activo. Quando do reconhecimento inicial estes activos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Activos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e
- Activos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option"). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adopção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
 - Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração ("accounting mismatch") que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar activos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
 - Grupos de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas; e informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.

Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:

- Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;
- Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efectuada.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício, na rubrica "Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas".

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros aqui registados quando do reconhecimento inicial:

- Títulos de rendimento variável não classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com carácter de estabilidade;
- Obrigações e outros instrumentos de dívida aqui classificados no reconhecimento inicial;
- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, em “Reservas de reavaliação – por ajustamentos no justo valor de activos financeiros”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de “Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas” ou “Perdas de imparidade (líquidas de reversões), respectivamente.

Para determinação dos resultados na venda, os activos vendidos são valorizados pelo custo médio de aquisição.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efectiva, sendo reconhecidos em “Rendimentos”, da demonstração de ganhos e perdas.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica “Rendimentos - Outros”, quando é estabelecido o direito ao seu recebimento.

iii) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui depósitos em instituições de crédito e valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens, registados em “Outros devedores por operações de seguros e outras operações”.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros registados nas categorias de Activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas e Activos financeiros disponíveis para venda são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor de activos financeiros é determinado por um órgão do Grupo onde a Companhia se insere, com base em:

Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;

- Relativamente a instrumentos de dívida não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:

- Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transacções recentes;

- Cotações indicativas (bid prices) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers;

- Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

- Os restantes instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transacções recentes) são mantidos ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

e) Imparidade de activos financeiros

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 3.1. d) ii), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas em capital próprio, na rubrica “Reservas de reavaliação”.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”.

São considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital:

- i) Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indiquem que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- ii) Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Relativamente aos títulos de dívida, é considerada imparidade, quando há evidência de default do emitente através da notação do rating ou mesmo no incumprimento na amortização do capital e/ou no pagamento de juros.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada pela Companhia uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos activos em avaliação.

Para além dos resultados desta análise, os eventos seguidamente apresentados foram considerados como indicativos de evidência objectiva de imparidade em instrumentos de capital:

- Existência de menos-valias potenciais superiores a 50%, face ao respectivo valor de aquisição;
- Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respectivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 24 meses.

Adicionalmente, foi ainda considerada como evidência objectiva de imparidade a existência de menos-valias potenciais superiores a 30% que se tenham mantido por mais de nove meses.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na "Reserva de justo valor". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, a Companhia efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção. O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem igualmente ser revertidas.

As perdas por imparidade de títulos de dívida são reconhecidas directamente em resultados do exercício. As mesmas podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade.

f) Terrenos e edifícios de rendimento

Correspondem a imóveis detidos pela Companhia com o objectivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

Os imóveis de rendimento não são amortizados, sendo registados ao justo valor, determinado com base em avaliações anuais. As variações no justo valor são reflectidas em resultados, nas rubricas "Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas".

g) Activos intangíveis

Encontram-se registados nesta rubrica custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades da Companhia.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

h) Férias e subsídio de férias

Os encargos com férias e subsídio de férias dos empregados são registados quando se vence o direito aos mesmos, na rubrica "Acréscimos e diferimentos".

i) Impostos sobre lucros

Nos exercícios de 2010 e 2009, o total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos bem como os ajustamentos de valor para efeitos de apuramento das valias tributáveis.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos, no sentido de reconhecer os anteriormente não registados por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual quanto à sua recuperação futura. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

As situações que originam diferenças temporárias ao nível da Companhia correspondem a ajustamentos não dedutíveis para efeitos fiscais e à reavaliação de títulos e imóveis (Nota 24).

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. O impacto dos impostos diferidos, incluindo da alteração da taxa de imposto utilizada no seu cálculo, é reflectido nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital

próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de títulos). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

j) Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos trabalhadores. O único benefício de longo prazo concedido pela CARES – Companhia de Seguros, S.A. corresponde a prestações a pagar a dois colaboradores ao abrigo de acordos de pré-reforma.

A responsabilidade reconhecida em balanço refere-se ao valor actual das responsabilidades dos acordos de pré-reforma realizados. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por actuários especializados, utilizando o método “Unit Credit Projected”, e pressupostos actuariais considerados adequados (Nota 23). A taxa de desconto utilizada na actualização das responsabilidades reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades. Os ganhos e perdas actuariais são registados em resultados no ano em que são originados.

k) Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Companhia incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda

As perdas por imparidade em activos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 3.1. e). Deste modo, a determinação da imparidade em activos disponíveis para venda tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efectuada pelo Grupo em que a Companhia se insere com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

A Companhia considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de activos disponíveis para venda, tendo em conta as regras definidas pelo IAS 39.

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, a Companhia valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 3.1 d). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 3.1. j) acima, as responsabilidades da Companhia por benefícios de pré-reforma acordados com dois colaboradores até aos 65 anos, são determinadas com base em avaliações actuariais. Estas avaliações actuariais incorporam pressupostos financeiros e actuariais relativos a mortalidade, invalidez e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa da Companhia e dos seus actuários do comportamento futuro das respectivas variáveis.

Determinação dos passivos por contratos de seguros

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efectuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 3.1. a) acima. Estes passivos reflectem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas da Companhia, efectuada com base em pressupostos actuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no sector.

Face à natureza da actividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjectividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efectuadas.

No entanto, a Companhia considera que os passivos por contratos de seguros reflectidos nas demonstrações financeiras reflectem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Companhia com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor em Portugal. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Conselho de Administração da Companhia sobre o correcto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

4. Natureza e Extensão das Rubricas e dos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro e Activos de Resseguro

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas de provisão para prémios não adquiridos e provisões para sinistros apresentavam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2010						Total
	Assistência			Protecção Jurídica			
	Seguro directo	Resseguro aceite	Total	Seguro directo	Resseguro aceite	Total	
Provisão para prémios não adquiridos:							
Prémios não adquiridos	1 321	16 825 514	16 826 835	-	2 721 270	2 721 270	19 548 105
Custos de aquisição diferidos (Nota 3.1 a) ii)	(74)	(64 947)	(65 021)	-	(10 476)	(10 476)	(75 497)
	1 247	16 760 567	16 761 814	-	2 710 794	2 710 794	19 472 608
Provisão para sinistros:							
Provisão para sinistros declarados	42 054	15 656 984	15 699 038	-	4 045 240	4 045 240	19 744 278
Provisão para IBNR	-	300 362	300 362	-	2 048 805	2 048 805	2 349 167
Provisão para despesas com regularização de sinistros	3 880	1 308 640	1 312 520	-	783 300	783 300	2 095 820
	45 934	17 265 986	17 311 920	-	6 877 345	6 877 345	24 189 265
	47 181	34 026 553	34 073 734	-	9 588 139	9 588 139	43 661 873
Provisão para riscos em curso	201	-	201	-	-	-	201

(Valores em Euros)

	2009						Total
	Assistência			Protecção Jurídica			
	Seguro directo	Resseguro aceite	Total	Seguro directo	Resseguro aceite	Total	
Provisão para prémios não adquiridos:							
Prémios não adquiridos	2 104	16 850 585	16 852 689	274	2 657 805	2 658 079	19 510 768
Custos de aquisição diferidos (Nota 3.1 a) i))	(190)	(70 810)	(71 000)	(55)	(11 153)	(11 208)	(82 208)
	1 914	16 779 775	16 781 689	219	2 646 652	2 646 871	19 428 560
Provisão para sinistros:							
Provisão para sinistros declarados	32 638	15 292 426	15 325 064	1 712	3 539 723	3 541 435	18 866 499
Provisão para IBNR	2 766	320 868	323 634	1 500	1 829 775	1 831 275	2 154 909
Provisão para despesas com regularização de sinistros	3 400	1 251 260	1 254 660	-	818 700	818 700	2 073 360
	38 804	16 864 554	16 903 358	3 212	6 188 198	6 191 410	23 094 768
	40 718	33 644 329	33 685 047	3 431	8 834 850	8 838 281	42 523 328
Provisão para riscos em curso	1 462	-	1 462	-	-	-	1 462

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a composição da provisão para sinistros é a seguinte:

(Valores em Euros)

Ramos Técnicos	2010			2009		
	Seguro directo	Resseguro aceite	Total	Seguro directo	Resseguro aceite	Total
Assistência						
Sinistros declarados						
Do exercício 2010	29 668	9 063 654	9 093 322	-	-	-
Do exercício 2009	10 955	3 699 753	3 710 708	26 233	9 361 508	9 387 741
Do exercício 2008	647	2 367 450	2 368 097	953	3 832 049	3 833 002
Do exercício 2007	-	520 396	520 396	4 633	2 083 459	2 088 092
Do exercício 2006	784	1 631	2 415	819	5 462	6 281
Do exercício 2005	-	-	-	-	728	728
Do exercício 2004	-	-	-	-	2 866	2 866
Do exercício 2003	-	100	100	-	354	354
Do exercício 2002	-	3 000	3 000	-	5 000	5 000
Do exercício 2001	-	1 000	1 000	-	1 000	1 000
	42 054	15 656 984	15 699 038	32 638	15 292 426	15 325 064
Provisão para IBNR						
Do exercício 2010	-	95 997	95 997	-	-	-
Do exercício 2009	-	147 948	147 948	-	202 895	202 895
Do exercício 2008	-	56 597	56 597	-	58 191	58 191
Do exercício 2007	-	4	4	2 766	58 282	61 048
Do exercício 2006	-	(184)	(184)	-	1 500	1 500
	-	300 362	300 362	2 766	320 868	323 634
Provisão para despesas de regularização de sinistros						
Do exercício 2010	3 700	1 180 320	1 184 020	-	-	-
Do exercício 2009	160	42 960	43 120	3 340	1 153 000	1 156 340
Do exercício 2008	-	42 040	42 040	-	51 320	51 320
Do exercício 2007	-	41 380	41 380	20	43 920	43 940
Do exercício 2006	20	1 840	1 860	40	2 440	2 480
Do exercício 2005	-	40	40	-	500	500
Do exercício 2004	-	-	-	-	20	20
Do exercício 2003	-	20	20	-	20	20
Do exercício 2002	-	20	20	-	40	40
Do exercício 2001	-	20	20	-	-	-
	3 880	1 308 640	1 312 520	3 400	1 251 260	1 254 660
Total Assistência	45 934	17 265 986	17 311 920	38 804	16 864 554	16 903 358

(Valores em Euros)

Ramos Técnicos	2010			2009		
	Seguro directo	Resseguro aceite	Total	Seguro directo	Resseguro aceite	Total
Prot. Jurídica						
Sinistros declarados						
Do exercício 2010	-	1 809 168	1 809 168	-	-	-
Do exercício 2009	-	1 748 936	1 748 936	-	1 845 980	1 845 980
Do exercício 2008	-	303 478	303 478	-	832 851	832 851
Do exercício 2007	-	84 834	84 834	1 712	654 821	656 533
Do exercício 2006	-	50 627	50 627	-	93 800	93 800
Do exercício 2005	-	21 498	21 498	-	36 660	36 660
Do exercício 2004	-	15 323	15 323	-	49 843	49 843
Do exercício 2003	-	9 125	9 125	-	17 723	17 723
Do exercício 2002	-	2 251	2 251	-	8 045	8 045
	-	4 045 240	4 045 240	1 712	3 539 723	3 541 435
Provisão para IBNR						
Do exercício 2010	-	727 173	727 173	-	-	-
Do exercício 2009	-	825 863	825 863	-	849 223	849 223
Do exercício 2008	-	296 664	296 664	-	404 520	404 520
Do exercício 2007	-	127 608	127 608	1 500	402 102	403 602
Do exercício 2006	-	32 908	32 908	-	82 541	82 541
Do exercício 2005	-	25 792	25 792	-	57 036	57 036
Do exercício 2004	-	2 877	2 877	-	13 628	13 628
Do exercício 2003	-	9 920	9 920	-	16 065	16 065
Do exercício 2002	-	-	-	-	4 660	4 660
	-	2 048 805	2 048 805	1 500	1 829 775	1 831 275
Provisão para despesas de regularização de sinistros						
Do exercício 2010	-	538 200	538 200	-	-	-
Do exercício 2009	-	124 800	124 800	-	556 200	556 200
Do exercício 2008	-	59 100	59 100	-	127 800	127 800
Do exercício 2007	-	30 300	30 300	-	70 200	70 200
Do exercício 2006	-	13 800	13 800	-	28 500	28 500
Do exercício 2005	-	8 700	8 700	-	15 900	15 900
Do exercício 2004	-	4 800	4 800	-	12 300	12 300
Do exercício 2003	-	3 300	3 300	-	5 700	5 700
Do exercício 2002	-	300	300	-	2 100	2 100
	-	783 300	783 300	-	818 700	818 700
Total Protecção Jurídica	-	6 877 345	6 877 345	3 212	6 188 198	6 191 410
Total	45 934	24 143 331	24 189 265	42 016	23 052 752	23 094 768

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2009 (1)	Custos com sinistros montantes pagos no exerc.(*) (2)	Provisão para sinistros em 31/12/2010 (*) (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Não Vida				
Protecção Jurídica	6 191 410	813 371	3 802 804	(1 575 235)
Assistência	16 903 358	6 807 519	6 938 581	(3 157 258)
Total Geral	23 094 768	7 620 890	10 741 385	(4 732 493)

(*) relativos a sinistros ocorridos no exercício N-1 e anteriores.

(Valores em Euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2008 (1)	Custos com sinistros montantes pagos no exerc.(*) (2)	Provisão para sinistros em 31/12/2009 (*) (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Não Vida				
Protecção Jurídica	5 819 926	871 076	2 940 007	(2 008 843)
Assistência	12 726 895	6 965 959	6 156 382	395 446
Total Geral	18 546 821	7 837 035	9 096 389	(1 613 397)

(*) relativos a sinistros ocorridos no exercício N-1 e anteriores.

Nos exercícios de 2010 e 2009, os custos com sinistros apresentavam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

Ramos / Grupos de Ramos	2010			
	Montantes Pagos-Prestações (1)	Montantes Pagos Custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Directo				
Protecção Jurídica	-	2 342	(3 212)	(870)
Assistência	148 218	21 979	7 130	177 327
Total	148 218	24 321	3 918	176 457
Resseguro Aceite				
Protecção Jurídica	492 499	873 882	689 148	2 055 529
Assistência	31 866 465	3 747 965	401 431	36 015 861
Total	32 358 964	4 621 847	1 090 579	38 071 390
Total Geral	32 507 182	4 646 168	1 094 497	38 247 847

(Valores em Euros)

Ramos / Grupos de Ramos	2009			
	Montantes Pagos-Prestações (1)	Montantes Pagos Custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Directo				
Protecção Jurídica	913	5 216	(15 796)	(9 667)
Assistência	105 110	17 797	14 658	137 565
Total	106 023	23 013	(1 138)	127 898
Resseguro Aceite				
Protecção Jurídica	538 102	874 177	387 280	1 799 559
Assistência	31 689 753	3 506 313	4 164 501	39 360 567
Total	32 227 855	4 380 490	4 551 781	41 160 126
Total Geral	32 333 878	4 403 503	4 550 643	41 288 024

Nos exercícios de 2010 e 2009, a composição dos custos com sinistros no ramo de assistência por ano é a seguinte:

(Valores em Euros)

	2010			2009		
	Seguro directo	Resseguro aceite	Total	Seguro directo	Resseguro aceite	Total
Assistência						
Montantes pagos						
Prestações						
Do exercício 2010	135 263	25 392 198	25 527 461	-	-	-
Do exercício 2009	12 816	5 540 865	5 553 681	109 206	25 160 802	25 270 008
Do exercício 2008	-	458 565	458 565	253	5 574 284	5 574 537
Do exercício 2007	103	876 908	877 011	(384)	1 421 226	1 420 842
Do exercício 2006	36	51 443	51 479	(3 916)	84 155	80 239
Do exercício 2005	-	265	265	(50)	7 563	7 513
Do exercício 2004	-	3 923	3 923	-	2 018	2 018
Do exercício 2003	-	439	439	-	382	382
Do exercício 2002	-	44	44	-	527	527
Do exercício 2001	-	-	-	-	1 925	1 925
Do exercício 2000	-	-	-	-	1 448	1 448
	148 218	32 324 650	32 472 868	105 109	32 254 330	32 359 439
Reembolsos de Sinistros						
Do exercício 2010	-	(38 790)	(38 790)	-	-	-
Do exercício 2009	-	(247 456)	(247 456)	-	(189 517)	(189 517)
Do exercício 2008	-	(107 153)	(107 153)	-	(231 364)	(231 364)
Do exercício 2007	-	(64 782)	(64 782)	-	(143 696)	(143 696)
	-	(458 181)	(458 181)	-	(564 577)	(564 577)
Custos de gestão imputados						
Do exercício 2010	20 057	3 468 380	3 488 437	-	-	-
Do exercício 2009	1 901	108 470	110 371	18 489	3 254 034	3 272 523
Do exercício 2008	-	84 694	84 694	43	157 325	157 368
Do exercício 2007	15	82 335	82 350	(65)	87 927	87 862
Do exercício 2006	5	3 695	3 700	(663)	5 664	5 001
Do exercício 2005	-	196	196	(8)	979	971
Do exercício 2004	-	39	39	-	105	105
Do exercício 2003	-	78	78	-	70	70
Do exercício 2002	-	39	39	-	210	210
Do exercício 2001	-	39	39	-	-	-
	21 978	3 747 965	3 769 943	17 796	3 506 314	3 524 110
	170 196	35 614 434	35 784 630	122 905	35 196 067	35 318 972

(continuação)

(Valores em Euros)

	2010			2009		
	Seguro directo	Resseguro aceite	Total	Seguro directo	Resseguro aceite	Total
Variação da Provisão para sinistros						
Prestações						
Do exercício 2010	29 668	9 159 768	9 189 436	-	-	-
Do exercício 2009	(15 278)	(5 765 735)	(5 781 013)	26 233	9 589 794	9 616 027
Do exercício 2008	(305)	(1 512 655)	(1 512 960)	(252)	(3 909 002)	(3 909 254)
Do exercício 2007	(7 399)	(1 628 827)	(1 636 226)	(2 587)	(704 076)	(706 663)
Do exercício 2006	(36)	(5 333)	(5 369)	(4 412)	(1 295 353)	(1 299 765)
Do exercício 2005	-	(728)	(728)	-	(13 390)	(13 390)
Do exercício 2004	-	(2 866)	(2 866)	-	(20 104)	(20 104)
Do exercício 2003	-	(254)	(254)	-	(550)	(550)
Do exercício 2002	-	(2 000)	(2 000)	-	1 131	1 131
Do exercício 2001	-	-	-	-	1 000	1 000
	6 650	241 370	248 020	18 982	3 649 450	3 668 432
Despesas de regularização de sinistros						
Do exercício 2010	3 700	1 180 320	1 184 020	-	-	-
Do exercício 2009	(3 180)	(1 110 040)	(1 113 220)	3 340	1 153 000	1 156 340
Do exercício 2008	-	(9 280)	(9 280)	(60)	(552 420)	(552 480)
Do exercício 2007	(20)	(2 540)	(2 560)	(9 970)	(40 940)	(50 910)
Do exercício 2006	(20)	(600)	(620)	(280)	(49 970)	(50 250)
Do exercício 2005	-	(460)	(460)	(50)	(650)	(700)
Do exercício 2004	-	(20)	(20)	-	(1 090)	(1 090)
Do exercício 2003	-	-	-	-	(30)	(30)
Do exercício 2002	-	(20)	(20)	-	-	-
Do exercício 2001	-	20	20	-	-	-
	480	57 380	57 860	(7 020)	507 900	500 880
Sinistros a Reembolsar						
Do exercício 2010	-	(117)	(117)			
Do exercício 2009	-	49 033	49 033	-	(25 391)	(25 391)
Do exercício 2008	-	46 461	46 461	-	22 566	22 566
Do exercício 2007	-	7 486	7 486	2 696	9 976	12 672
Do exercício 2006	-	(184)	(184)	-	-	-
	-	102 679	102 679	2 696	7 151	9 847
	7 130	401 429	408 559	14 658	4 164 501	4 179 159
	177 326	36 015 863	36 193 189	137 563	39 360 568	39 498 131

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a composição dos custos com sinistros no ramo de protecção jurídica por ano é a seguinte:

(Valores em Euros)

	2010			2009		
	Seguro directo	Resseguro aceite	Total	Seguro directo	Resseguro aceite	Total
Protecção jurídica						
Montantes pagos						
Prestações						
Do exercício 2010	-	22 635	22 635	-	-	-
Do exercício 2009	-	158 468	158 468	-	27 736	27 736
Do exercício 2008	-	142 789	142 789	-	229 239	229 239
Do exercício 2007	-	76 219	76 219	547	115 425	115 972
Do exercício 2006	-	30 096	30 096	366	72 550	72 916
Do exercício 2005	-	21 916	21 916	-	29 113	29 113
Do exercício 2004	-	28 768	28 768	-	43 442	43 442
Do exercício 2003	-	9 083	9 083	-	11 764	11 764
Do exercício 2002	-	2 525	2 525	-	8 835	8 835
	-	492 499	492 499	913	538 104	539 017
Reembolsos de Sinistros						
Do exercício 2010						
Do exercício 2009	-	-	-	-	-	-
Do exercício 2008	-	-	-	-	-	-
Do exercício 2007	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Custos de gestão imputados						
Do exercício 2010	2 342	530 375	532 717	-	-	-
Do exercício 2009	-	176 168	176 168	-	519 596	519 596
Do exercício 2008	-	78 039	78 039	-	171 026	171 026
Do exercício 2007	-	49 532	49 532	3 125	93 286	96 411
Do exercício 2006	-	24 767	24 767	2 091	53 163	55 254
Do exercício 2005	-	7 250	7 250	-	15 785	15 785
Do exercício 2004	-	4 250	4 250	-	13 292	13 292
Do exercício 2003	-	2 750	2 750	-	6 092	6 092
Do exercício 2002	-	750	750	-	1 938	1 938
	2 342	873 881	876 223	5 216	874 178	879 394
	2 342	1 366 380	1 368 722	6 129	1 412 282	1 418 411

(continuação)

(Valores em Euros)

	2010			2009		
	Seguro directo	Resseguro aceite	Total	Seguro directo	Resseguro aceite	Total
Variação da Provisão para sinistros						
Prestações						
Do exercício 2010	-	2 536 341	2 536 341			
Do exercício 2009	-	(120 404)	(120 404)	-	2 695 203	2 695 203
Do exercício 2008	-	(637 229)	(637 229)	-	(186 732)	(186 732)
Do exercício 2007	(3 212)	(844 481)	(847 693)	(547)	(97 848)	(98 395)
Do exercício 2006	-	(92 806)	(92 806)	(4 421)	(944 906)	(949 327)
Do exercício 2005	-	(46 406)	(46 406)	(3 952)	(732 919)	(736 871)
Do exercício 2004	-	(45 272)	(45 272)	(3 031)	(453 575)	(456 606)
Do exercício 2003	-	(14 741)	(14 741)	(1 250)	(255 312)	(256 562)
Do exercício 2002	-	(10 454)	(10 454)	(1 875)	(63 053)	(64 928)
	(3 212)	724 548	721 336	(15 076)	(39 142)	(54 218)
Despesas de regularização de sinistros						
Do exercício 2010	-	538 200	538 200	-	556 200	556 200
Do exercício 2009	-	(431 400)	(431 400)	-	(114 840)	(114 840)
Do exercício 2008	-	(68 700)	(68 700)	(600)	(33 000)	(33 600)
Do exercício 2007	-	(39 900)	(39 900)	(120)	7 740	7 620
Do exercício 2006	-	(14 700)	(14 700)	-	5 340	5 340
Do exercício 2005	-	(7 200)	(7 200)	-	5 940	5 940
Do exercício 2004	-	(7 500)	(7 500)	-	(300)	(300)
Do exercício 2003	-	(2 400)	(2 400)	-	(660)	(660)
Do exercício 2002	-	(1 800)	(1 800)	-	-	-
	-	(35 400)	(35 400)	(720)	426 420	425 700
Sinistros a Reembolsar						
Do exercício 2010						
Do exercício 2009	-	-	-	-	-	-
Do exercício 2008	-	-	-	-	-	-
Do exercício 2007	-	-	-	-	-	-
Do exercício 2006	-	-	-	-	-	-
Variação da provisão para sinistros	(3 212)	689 148	685 936	(15 796)	387 278	371 482
	(870)	2 055 528	2 054 658	(9 667)	1 799 560	1 789 893

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os custos com sinistros de seguro directo e resseguro aceite - montantes pagos incluem 4.646.168 Euros e 4.403.503 Euros, respectivamente, relativos a custos de gestão imputados aos ramos explorados pela Companhia (Nota 21).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de provisões para participação nos resultados apresentava a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2010	2009
Global - Assistência ao domicílio do seguro multirriscos habitação	36 452	44 050
Global - Assistência ao estabelecimento comercial do seguro multirriscos comércio	10 092	12 273
Garantia - Assistência em Viagem Temporários	-	2 275
Grupo Auto Jardim		(41 652)
	46 544	16 946

Nos exercícios de 2010 e 2009, a rubrica "Participação nos resultados, líquida de resseguro" da demonstração de ganhos e perdas, apresenta saldos de 2.078.988 Euros e 1.539.397 Euros, respectivamente.

Gestão de Risco Resultante de Contratos de Seguro

É apresentada em seguida uma descrição resumida das políticas de aceitação e gestão de riscos em vigor.

Subscrição de riscos

A actividade da Cares é essencialmente de resseguro aceite, pelo que a política de subscrição é definida pelas seguradoras cedentes.

Quando uma Seguradora Cliente pretende lançar um produto novo, que inclua coberturas de Protecção Jurídica ou de Assistência a serem resseguradas pela Companhia, é definido o valor de cotação do negócio, com base na avaliação de vários parâmetros onde se inclui a frequência, o custo médio, o número e tipo de unidades em risco, a forma e canal de comercialização e os objectivos de vendas estimados pela Seguradora.

Relativamente aos riscos garantidos ao abrigo do resseguro aceite, a Companhia efectua a análise em termos da qualidade da seguradora cliente bem como das garantias de assistência a conceder aquando da celebração do contrato. Apesar de não possuir um papel activo na selecção do risco subscrito pelas

seguradoras suas clientes, o facto das suas carteiras ficarem 100% resseguradas pela Companhia elimina na prática os riscos associados à subscrição, como por exemplo, a anti-selecção ou a concentração excessiva em determinado tipo de risco.

Relativamente ao seguro directo, a actividade não é desenvolvida activamente, pelo que toda e qualquer aceitação de risco e respectivas condições terão que ser submetidos à aprovação da Direcção.

Sendo os ramos explorados caracterizados por uma grande dispersão de risco, a aceitação de riscos baseia-se em condições e clausulados standards, suportados por longas séries estatísticas, estabelecidos e respeitados pela área Comercial, que não aceita riscos que não se enquadram nas condições definidas.

Gestão Técnica

A gestão técnica dos Ramos Assistência e Protecção Jurídica, compreende a definição de cláusulas e de preços, a definição e controlo da política de subscrição e ainda o controlo e acompanhamento da evolução da receita processada, das características dos riscos, da sinistralidade e da margem técnica, o que permite a monitorização dos riscos em carteira.

Instrumentos de gestão para controlo do risco

Riscos Internos da Organização

De forma a controlar e minimizar o risco interno da organização, as normas e procedimentos de gestão de sinistros encontram-se publicados e são de acesso e conhecimento geral, sendo o processo de aplicação devidamente monitorizado pelas áreas competentes.

Estudos de Perfil da Carteira

São elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras por tipo de segmento de mercado, canal de distribuição, unidades em risco e coberturas. São ainda desenvolvidos estudos sobre o comportamento de sinistralidade.

Este tipo de estudo permite obter uma análise qualitativa e quantitativa da sinistralidade da carteira, tendo como objectivo a correcção de eventuais distorções, bem como, correlacionar os principais factores de formação de preço e a alteração dos produtos em comercialização ou a criação de novos.

Análises Periódicas da Evolução da Carteira

A carteira sob gestão é sujeita a um acompanhamento periódico sobre a sua evolução.

Estes estudos incluem ainda a análise do comportamento dos sinistros, monitorizando-se a respectiva frequência e taxa de sinistralidade.

Seleção e Saneamento de Carteira

Tendo em vista possibilitar um maior controlo e actuação ao nível do risco subscrito, a Companhia informa as suas seguradoras clientes relativamente a apólices que beneficiaram de mais de três assistências na anuidade.

Aquando da renovação anual dos contratos, a seguradora procede a ajustamentos de prémio, de forma a adequar os prémios aos níveis de sinistralidade existentes.

Concentrações de risco de seguro

Nos Ramos de Assistência e Protecção Jurídica não se registam fenómenos relacionados com a concentração de risco ou grandes sinistros.

Na generalidade das garantias de utilização mais frequente, não se justifica a existência de limites de capital de valor elevado, pelo que não são praticados pela Companhia, nem pelo mercado.

As seguradoras do Grupo Caixa Seguros e Saúde são as principais clientes representando 91,16% de prémios e 91,37% de sinistros da carteira subscrita.

Relativamente aos ramos explorados, o ramo assistência representa cerca de 88% dos prémios subscritos e 95% dos custos com sinistros.

Comportamento da carteira não vida

(Valores em Euros)

	2010			2009		
	PBA	Rácio Sinistros e despesas	Rácio Sinistros e despesas após invest.	PBA	Rácio Sinistros e despesas	Rácio Sinistros e despesas após invest.
Assistência	40 823 236	90,28%	88,20%	41 390 669	97,27%	95,61%
Protecção jurídica	5 592 043	38,33%	34,38%	5 407 746	35,00%	31,31%

Houve uma melhoria do rácio do ramo de assistência face ao ano anterior.

Políticas de Resseguro

Conforme já referido, o negócio da Companhia desenvolve-se no âmbito do resseguro aceite.

O número de sinistros de valor individual significativo é reduzido.

Por este motivo a Companhia não retrocede risco em resseguro.

Prestação de informação qualitativa relativamente à adequação dos prémios e à adequação das provisões

Assistência

Relativamente ao ramo Assistência, em 2010 os prémios foram suficientes para fazer face aos custos associados à exploração do ramo. Os custos com sinistros registados contabilisticamente representaram 96,4% dos prémios brutos adquiridos. Os Custos de Aquisição e Administrativos consumiram no seu conjunto 1,6% dos Prémios Brutos Adquiridos. Se tomarmos em consideração os resultados de investimentos, que em 2010 foram positivos, ficamos com um rácio combinado de 95,9%.

Apesar da suficiência a que se chega, com base na análise global deste ramo, foi necessário constituir provisão para riscos em curso para o seguro directo, a qual foi calculada de acordo com o estabelecido no capítulo II da Norma do ISP nº 19/94 de 6/12, com a redacção que lhe foi dada pela Norma regulamentar nº 12/2000 de 13-11.

A provisão para prémios não adquiridos está em conformidade com a Norma regulamentar nº 19/94-R de 6 de Dezembro do ISP.

Para verificar a adequação da provisão para sinistros, foram efectuadas análises actuariais com métodos determinísticos e estocásticos, aplicados à matriz de run-off de pagamentos de Assistência, concluindo-se pela suficiência das provisões constituídas face às responsabilidades relacionadas com sinistros.

Protecção Jurídica

No ramo Protecção Jurídica, em 2010 os prémios revelaram-se suficientes para fazer face aos custos associados à exploração do ramo. Os custos com sinistros registados contabilisticamente representaram 60,4% dos prémios brutos adquiridos. Os Custos de Aquisição e Administrativos consumiram no seu conjunto 1,6% dos Prémios Brutos Adquiridos. Se tomarmos em consideração os resultados de investimentos, que em 2010 foram positivos, ficamos com um rácio combinado de 62,5%.

Sendo os rácios combinados inferiores a 100%, quer para o seguro directo, quer para o resseguro aceite, não foi necessário constituir provisão para riscos em curso, de acordo com as Regras estabelecidas no Capítulo II da Norma do ISP nº 19/94 de 6/12, com a redacção que lhe foi dada pela Norma regulamentar nº 12/2000 de 13-11.

A provisão para prémios não adquiridos supera os mínimos estipulados no nº 5 da Norma regulamentar nº 19/94-R de 6 de Dezembro do ISP.

Tal como no ramo Assistência, para verificar a adequação da provisão para sinistros, foram efectuadas análises actuariais com métodos determinísticos e estocásticos, aplicados a matrizes de run-off, concluindo-se pela existência de suficiência de provisões constituídas face às responsabilidades relacionadas com sinistros.

Análises de sensibilidade

Conforme referimos, os prémios mostraram-se suficientes para cobrir os custos associados à exploração dos ramos Assistência e Protecção Jurídica.

Tendo em vista verificar qual o nível de custos com sinistros que originaria uma insuficiência do prémio adquirido ou o impacto de um acréscimo significativo dos custos com sinistros, construímos 2 cenários alternativos, com os seguintes pressupostos:

- em ambos os cenários assumimos que os custos de aquisição, administrativos, e resultados de resseguro e de investimentos manteriam os valores verificados em 2010, totalizando um resultado positivo de 188.205€ para a Assistência e 132.368€ para a Protecção Jurídica;
- no cenário 1 verifica-se qual o impacto de um aumento da sinistralidade para 95% do actual prémio adquirido – o total do PBA afecto a custos passaria a cerca de 95,18% para a Assistência e 93,21% para a Protecção Jurídica;
- no cenário 2 apresentamos a variação necessária nos custos com sinistros no exercício, por forma a que o nível de prémios adquiridos afectos a custos alcançasse 100% - obtivemos uma taxa de sinistralidade de 99,82% para o ramo Assistência e 101,79% para o ramo Protecção Jurídica.

Assistência

Cenários de Consumo do PBA em 31-12-2010

(Valores em Euros)

	31-12-2010 - Real	Cenário 1	Cenário 2
Prémio Bruto Adquirido	40 823 236	40 823 236	40 823 236
Custos com Sinistros exercício	-39 350 446	-38 782 074	-41 011 441
Restantes Custos	188 205	188 205	188 205
Total de Custos	-39 162 242	-38 593 870	-40 823 236

Cenários de Consumo do PBA em 31-12-2009

(Valores em Euros)

	31-12-2009 - Real	Cenário 1	Cenário 2
Prémio Bruto Adquirido	41 390 668	41 390 668	41 390 668
Custos com Sinistros exercício	-39 099 991	-39 321 135	-41 316 948
Restantes Custos	-73 720	-73 720	-73 720
Total de Custos	-39 173 711	-39 394 855	-41 390 668

Protecção Jurídica

Cenários de Consumo do PBA em 31-12-2010

(Valores em Euros)

	31-12-2010 - Real	Cenário 1	Cenário 2
Prémio Bruto Adquirido	5 592 042	5 592 042	5 592 042
Custos com Sinistros exercício	-3 629 894	-5 312 440	-5 724 411
Restantes Custos	132 368	132 368	132 368
Total de Custos	-3 497 525	-5 180 072	-5 592 042

Cenários de Consumo do PBA em 31-12-2009

(Valores em Euros)

	31-12-2009 - Real	Cenário 1	Cenário 2
Prémio Bruto Adquirido	5 407 746	5 407 746	5 407 746
Custos com Sinistros exercício	-3 798 735	-5 137 359	-5 504 726
Restantes Custos	-96 980	-96 980	-96 980
Total de Custos	-3 701 755	-5 040 379	-5 407 746

Foram igualmente efectuadas análises ao comportamento do nível de solvência da seguradora, face a acréscimos de custos associados à sua actividade. A seguradora possui uma taxa de cobertura de 163,94%.

Efectuámos um teste por forma a determinar qual o agravamento máximo dos custos com sinistros que este nível de solvência acomodaria por forma a obter uma taxa de cobertura de 100%, concluindo-se que o agravamento máximo dos custos com sinistros que respeita estas duas condicionantes é de 6.100.000 Euros.

Rácios

O rácio da provisão para prémios não adquiridos face aos prémios brutos emitidos subiu ligeiramente para 42,1% (40,6%) continuando a apresentar valores acima dos obtidos para o mercado.

	2010	2009
Rácios de sinistralidade	72,4%	78,8%
Rácios de despesas	11,7%	11,1%
Rácio combinado	84,1%	89,9%
Rácio operacional	2,7	3,3

O rácio de sinistralidade diminuiu cerca de 6 pontos percentuais face ao ano anterior devido a reajustamentos nas provisões.

O rácio operacional (prémios líquidos/capital próprio) diminuiu devido ao aumento dos capitais próprios devido ao resultado apurado em 31 de Dezembro de 2010.

6. Instrumentos Financeiros

O inventário de participações e instrumentos financeiros em 31 de Dezembro de 2010 é apresentado no Anexo 1.

Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, existe um título classificado ao justo valor através de resultados por conter derivados embutidos, cujo valor nominal ascende a 476.519 Euros (525.314 Euros em 2009), e cujo valor de balanço nas referidas datas ascendia a 390.592 Euros e 356.415 Euros, respectivamente.

Activos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2010						
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de Justo valor (Nota 26)	Valor de Balanço
Instrumentos de dívida							
De empresas do Grupo	1 204 605	23 527	1 228 132	-	1 228 132	(55 788)	1 172 344
De dívida pública							
De emissores estrangeiros	8 796 996	176 299	8 973 295	-	8 973 295	27 947	9 001 242
De outros emissores							
De emissores estrangeiros	22 120 319	219 365	22 339 684	(157 492)	22 182 192	(818 863)	21 363 329
	32 121 920	419 191	32 541 111	(157 492)	32 383 619	(846 704)	31 536 915
Outros instrumentos							
Unidades de participação							
De residentes	281 762	-	281 762	-	281 762	62 107	343 869
	32 403 682	419 191	32 822 873	(157 492)	32 665 381	(784 597)	31 880 784

(Valores em Euros)

	2009						
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de Justo valor (Nota 26)	Valor de Balanço
Instrumentos de dívida							
De empresas do Grupo	1 210 177	23 527	1 233 704	-	1 233 704	43 652	1 277 356
De dívida pública							
De emissores estrangeiros	6 876 321	157 004	7 033 325	-	7 033 325	246 505	7 279 830
De outros emissores							
De emissores estrangeiros	18 039 605	224 422	18 264 027	(168 747)	18 095 280	(856 062)	17 239 218
	26 126 103	404 953	26 531 056	(168 747)	26 362 309	(565 905)	25 796 404
Outros instrumentos							
Unidades de participação							
De residentes	281 762	-	281 762	-	281 762	43 009	324 771
	26 407 865	404 953	26 812 818	(168 747)	26 644 071	(522 896)	26 121 175

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os rendimentos e gastos com juros, apurados de acordo com o método da taxa efectiva, referentes a activos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de ganhos e perdas são apresentados na Nota 16.

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros reflectidos nas demonstrações financeiras do Grupo, pode ser resumida como se segue:

(Valores em Euros)

	2010			
	Metodologia de apuramento do justo valor			Total
	Cotações de mercado	Técnicas de valorização baseadas em dados de mercado	Não valorizados ao justo valor	
Activo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	9 717 017	9 717 017
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	429 386	429 386
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	390 592	-	390 592
Activos disponíveis para venda	-	31 880 784	-	31 880 784
Empréstimos e contas a receber	-	-	16 242 492	16 242 492
Outros devedores	-	-	3 788 247	3 788 247
	-	32 271 376	30 177 142	62 448 518

(Valores em Euros)

	2009			
	Metodologia de apuramento do justo valor			Total
	Cotações de mercado	Técnicas de valorização baseadas em dados de mercado	Não valorizados ao justo valor	
Activo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	13 062 421	13 062 421
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	429 386	429 386
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	356 415	-	356 415
Activos disponíveis para venda	-	26 121 175	-	26 121 175
Empréstimos e contas a receber	-	-	16 302 610	16 302 610
Outros devedores	-	-	2 806 427	2 806 427
	-	26 477 590	32 600 844	59 078 434

A preparação da informação incluída nos quadros acima, relacionada com a metodologia de apuramento do justo valor, teve por base os seguintes pressupostos:

- Cotações de mercado – Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados activos;
- Técnicas de valorização – Corresponde aos instrumentos financeiros valorizados tendo por base bids fornecidos por contrapartes externas e aos instrumentos de dívida valorizados através de modelos de valorização internos que utilizam dados observáveis de mercado (taxas de juro, taxas de câmbio, notações de risco atribuídas por entidades externas, outros).

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade da Cares

Os objectivos, regras e procedimentos de gestão do risco de mercado estão previstos na Política de Investimentos da Cares, que é actualizada anualmente e revista de três em três anos. Entre outros elementos, estão definidas, a sociedade gestora, o tipo de gestão associado à carteira de investimento, os intervenientes no processo de compra e venda, a forma de transmissão da informação entre os diferentes intervenientes, os limites de exposição ao risco, medidas de cálculo da rentabilidade da carteira e autonomias de execução.

A gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade da Cares tem assim, em consideração:

a. Modelo de Gestão

De acordo com os objectivos de investimento da carteira, foi definido um modelo de gestão com características maioritariamente de Imunização, apesar de não estar orientado por um conjunto de responsabilidades. O modelo tem um perfil de risco conservador, com baixa volatilidade em resultados e reduzidos custos de transacção.

Estão definidos os níveis de exposição a activos de rendimento fixo (obrigações) - taxas longas e taxas curtas - distribuídos por intervalos de maturidade até 10 anos. Estes activos poderão ser cupão zero, cupão fixo ou variável. Deverão cumprir as regras de notação de risco de crédito definidas, e ser compradas com o objectivo de ficar em carteira até à maturidade. Alterações de mercado ou da qualidade das emissões podem originar transacções.

b. Classificação dos Activos

Para efeitos da classificação dos activos e dos limites de exposição, por analogia de risco, considera-se que:

Os activos de Rendimento Fixo – taxas longas incluem todas as obrigações de taxa fixa com maturidade residual superior a 1 ano. Incluem-se ainda as acções remíveis com características de obrigações, os Fundos Mobiliários de Obrigações que respeitam este perfil de maturidade e os derivados de taxas de juro de longo prazo ou de risco de crédito associado a taxas de juro de longo prazo. Estes activos são separados em Government e Corporate de acordo com o risco de crédito público ou privado, sendo que as emissões de Supranacionais e Covered Bonds estão incluídas nos Government.

Os activos de Rendimento Fixo – taxas curtas incluem todas as obrigações de taxa fixa com maturidade residual inferior a 1 ano, as obrigações de taxa variável, os Fundos Mobiliários de Obrigações maioritariamente de taxa variável, todos os instrumentos de gestão de tesouraria vocacionados para o curto prazo incluindo depósitos bancários, bem como derivados associados ao risco de taxas de juro de curto prazo.

c. Limites de exposição

Para além das restrições impostas pela legislação em vigor, a gestão das carteiras da Companhia tem ainda em consideração os seguintes limites:

- I. O limite de exposição a valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em outros mercados regulamentados de Estados membros da União Europeia, ou em mercados de países da OCDE legalmente considerados como análogos, também referidos como “não cotados”, é de 15% do valor da carteira, devendo sempre ter a aprovação expressa do CAD;
- II. O conjunto das aplicações expressas em moedas que não o Euro não pode representar mais que 5% do valor da carteira;

III. O investimento em fundos e outros organismos de investimento colectivo não deverá ultrapassar o limite de 10% do valor líquido do património desses fundos.

IV. Instrumentos Derivados, Operações de Reporte e Empréstimo de Valores:

Podem ser utilizados instrumentos derivados para cobertura, especulação ou redução do custo de investimento, de acordo com o enquadramento legislativo em vigor.

São permitidas, nos termos legalmente previstos, operações de reporte e empréstimos de valores, desde que tal não comprometa os limites de alocação definidos para cada uma das classes de activos a que respeitem, nem promova a alavancagem da carteira sem autorização prévia.

Estas operações carecem de autorização casuística prévia, podendo haver autorizações genéricas para derivados de mercado.

A avaliação de risco para derivados é feita determinando a sua contribuição para o risco global da carteira e da Companhia, para o retorno esperado e para o custo de transacções de activos.

V. Universo de investimento e limites por emitente para activos de Rendimento Fixo:

As obrigações elegíveis para aquisição deverão respeitar os limites definidos no quadro seguinte, que pondera a maturidade residual com a qualidade de crédito. A notação de rating a considerar na aquisição deverá ser a do S&P ou na sua ausência, a equivalente da Moodys ou da Fitch, e não deverá haver investimento abaixo da notação BBB-. Excepções a esta regra poderão ser aprovadas pelo CAD.

	Dívida Corporate	Dívida Soberana (Países fora da Zona Euro)	Limite por Emitente
Até 1,5 ano	BBB-	BBB-	0,5%
1,5 a 5,5 anos	A-	A-	3%
5,5 a 15,5 anos	AA-	A+	6%
15,5 a 30,5 anos	Não autorizado	A+	6%
Superior a 30,5 anos	Não autorizado	AAA	6%

Não existem limites de notação de rating para a dívida soberana dos países da Zona Euro.

VI. Limite por emitente excepto dívida pública soberana da Zona Euro e Grupo CGD: 6% da carteira.

VII. Limites por sector de actividade e por subordinação da emissão:

- a. limite de dívida subordinada: 10% da carteira;
- b. limite de crédito por sector de actividade (excepto banca): 20% da carteira;
- c. limite de crédito do sector serviços financeiros (Banca de Investimento, Intermediação Financeira e similares): 10% da carteira.

VIII. O investimento noutras classes de activos não especificadas neste documento deverá ter a aprovação casuística do CAD.

IX. As aplicações proibidas são aquelas que constam expressamente da legislação em vigor.

d. Carteira com modelo de Imunização

No ano de 2010 continuámos a implementar o modelo de gestão definido em 2009. Neste contexto, a actual composição da carteira reflecte os targets definidos, nomeadamente a composição entre taxas longas e taxas curtas.

	31.12.2010	Objectivo	Desvio
Taxas Longas	51%	50%	1%
Taxa Fixa Governos	32%	25%	7%
Taxa Fixa Crédito	19%	25%	-6%
Taxas Curtas	48%	50%	-2%
Taxa Indexada	44%	48%	-4%
Mercado Monetário	4%	2%	2%
Outros	1%	0%	1%
Imobiliário	1%	0%	1%

e. Avaliação do risco

Existe um modelo genérico de avaliação do retorno/risco esperado em função da composição por classes de activos. O retorno esperado da carteira está sujeito a uma análise de sensibilidade em função das várias volatilidades dos activos que constituem a carteira. Este tipo de avaliação justifica as decisões de alocação de activos, procurando-se constituir carteiras com risco controlado que optimizem o retorno dentro do enquadramento de mercado existente.

A avaliação do risco é efectuada pela Direcção de Investimentos do Grupo, havendo sempre que tal se mostre conveniente, o envolvimento das Direcções de Gestão de Risco do Grupo e da Caixa Geral de Depósitos. São monitorizados vários riscos envolvidos, nomeadamente:

- risco de mercado;
- risco de taxa de juro;
- risco de crédito por emitente e por grupo financeiro;
- risco de liquidez.

Risco de taxa de juro

Na carteira com modelo de gestão de imunização, e considerando o objectivo de manter os títulos em carteira até à maturidade, o risco de taxa de juro é gerido no momento da compra dos títulos, adequando os respectivos prazos e rendimentos, à expectativa da evolução das taxas de juro existente em cada momento.

Risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a exposição máxima a risco de crédito da Cares apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2010			2009		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Depósitos à ordem	9 714 514	-	9 714 514	13 059 910	-	13 059 910
Activos financeiros classificados						
no reconhecimento inicial ao						
justo valor através de ganhos						
e perdas	390 592	-	390 592	356 415	-	356 415
Activos disponíveis para venda	32 038 276	(157 492)	31 880 784	26 289 922	(168 747)	26 121 175
Empréstimos e contas a receber	16 242 492	-	16 242 492	16 302 610	-	16 302 610
Outros devedores	3 788 247	-	3 788 247	2 806 427	-	2 806 427
Exposição máxima a risco de crédito	62 174 121	(157 492)	62 016 629	58 815 284	(168 747)	58 646 537

Qualidade de crédito

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço das aplicações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, por rating da Standard & Poor's, ou equivalente, e por país de origem da contraparte:

(Valores em Euros)

Classe de activo	2010				
	Portugal	Resto da União Europeia	Ratings América do Norte	Outros	Total
Depósitos em Instituições de Crédito					
AA- até AA+	92 352				92 352
A- até A+	24 720 287				24 720 287
	24 812 639	-	-	-	24 812 639
Depósitos junto de Empresas Cedentes					
Sem rating	1 144 367				1 144 367
	1 144 367	-	-	-	1 144 367
Total	25 957 006	-	-	-	25 957 006

(Valores em Euros)

Classe de activo	2009				
	Portugal	Resto da União Europeia	Ratings América do Norte	Outros	Total
Depósitos em Instituições de Crédito					
AA- até AA+	114 677				114 677
A- até A+	27 989 494				27 989 494
	28 104 171	-	-	-	28 104 171
Depósitos junto de Empresas Cedentes					
Sem rating	1 258 349				1 258 349
	1 258 349	-	-	-	1 258 349
Total	29 362 520	-	-	-	29 362 520

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor de balanço dos instrumentos de dívida em carteira, líquido de imparidade, por rating da Standard & Poor's, ou equivalente, por tipo de emitente e por país de origem da contraparte, tem a seguinte decomposição:

(Valores em Euros)

Classe de activo	2010				Total
	Portugal	Resto da União Europeia	Ratings América do Norte	Outros	
Activos Financeiros registados ao					
Justo Valor por Ganhos e Perdas					
Instituições Financeiras					
AA- até AA+	-	390 592	-	-	390 592
	-	390 592	-	-	390 592
Total Activos Financeiros registados ao					
Justo Valor por Ganhos e Perdas	-	390 592	-	-	390 592
Activos Financeiros Disponíveis					
para Venda (líquido de imparidade)					
Corporate					
AAA	-	-	55 939	-	55 939
AA- até AA+	-	55 642	55 090	-	110 732
A- até A+	-	6 170 102	-	-	6 170 102
Menor que A-	-	1 008 799	-	-	1 008 799
	-	7 234 543	111 029	-	7 345 571
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	5 039 560	-	-	5 039 560
AA- até AA+	-	714 401	-	-	714 401
A- até A+	2 027 980	-	-	-	2 027 980
Menor que A-	-	1 219 301	-	-	1 219 301
	2 027 980	6 973 262	-	-	9 001 242
Instituições Financeiras					
AAA	-	-	-	-	-
AA- até AA+	195 392	1 994 180	-	784 707	2 974 279
A- até A+	3 200 204	5 380 334	781 513	797 507	10 159 558
Menor que A-	-	714 059	-	407 444	1 121 503
Sem rating	-	-	30 917	1 500	32 417
	3 395 595	8 088 573	812 430	1 991 158	14 287 756
Outros emitentes					
AAA	-	76 057	-	-	76 057
AA- até AA+	-	371 397	-	-	371 397
A- até A+	-	334 274	-	-	334 274
Menor que A-	-	120 617	-	-	120 617
	-	902 345	-	-	902 345
Total Activos Financeiros Disponíveis					
para Venda (líquido de imparidade)	5 423 575	23 198 723	923 459	1 991 158	31 536 915

(Valores em Euros)

Classe de activo	2009				
	Portugal	Resto da União Europeia	Ratings América do Norte	Outros	Total
Activos Financeiros registados ao					
Justo Valor por Ganhos e Perdas					
Outros emitentes					
Sem rating	-	356 415	-	-	356 415
	-	356 415	-	-	356 415
Total Activos Financeiros registados ao					
Justo Valor por Ganhos e Perdas	-	356 415	-	-	356 415
Activos Financeiros Disponíveis					
para Venda (líquido de imparidade)					
Corporate					
AAA	-		53 802	-	53 802
AA- até AA+	-	54 108	54 434	-	108 542
A- até A+	-	2 084 546	-	-	2 084 546
Menor que A-	-	1 437 687	-	-	1 437 687
	-	3 576 341	108 237	-	3 684 578
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	4 750 698	-	-	4 750 698
AA- até AA+	-	725 426	-	-	725 426
A- até A+	-	60 613	-	-	60 613
Menor que A-	-	1 743 093	-	-	1 743 093
	-	7 279 830	-	-	7 279 830
Instituições Financeiras					
AA- até AA+		2 547 859		678 664	3 226 523
A- até A+	3 204 059	4 615 772	898 687	1 113 556	9 832 074
Menor que A-		599 844		96 113	695 957
Sem rating		247 161	19 600	1 498	268 259
	3 204 059	8 010 635	918 287	1 889 830	14 022 812
Outros emitentes					
AAA	-	214 370	-	-	214 370
AA- até AA+	-	454 895	-	-	454 895
A- até A+	-	112 621	-	-	112 621
Menor que A-	-	27 298	-	-	27 298
	-	809 184	-	-	809 184
Total Activos Financeiros Disponíveis					
para Venda (líquido de imparidade)	3 204 059	19 675 991	1 026 524	1 889 830	25 796 404

Risco de liquidez

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os cash-flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2010									Total
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
Activo										
Caixa e seus equivalentes										
e depósitos à ordem	9 717 017	-	-	-	-	-	-	-	-	9 717 017
Investimentos em filiais, associadas										
e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	429 386	429 386
Activos financeiros classificados										
no reconhecimento inicial ao										
justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	476 519	-	-	-	-	476 519
Activos disponíveis para venda	160 958	778 651	1 893 422	3 637 497	12 565 336	9 618 295	3 731 092	5 301 274	376 285	38 062 809
Empréstimos e contas a receber	15 389 524	429 013	234 272	226 654	-	-	-	-	-	16 279 463
Outros devedores	3 788 247	-	-	-	-	-	-	-	-	3 788 247
	29 055 746	1 207 664	2 127 694	3 864 151	13 041 855	9 618 295	3 731 092	5 301 274	805 672	68 753 442

(Valores em Euros)

	2009									Total
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
Activo										
Caixa e seus equivalentes										
e depósitos à ordem	13 062 421	-	-	-	-	-	-	-	-	13 062 421
Investimentos em filiais, associadas										
e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	429 386	429 386
Activos financeiros classificados										
no reconhecimento inicial ao										
justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	525 314	-	-	-	525 314
Activos disponíveis para venda	240 369	710 839	1 521 786	3 163 144	10 156 491	5 524 123	4 734 457	5 413 184	345 869	31 810 261
Empréstimos e contas a receber	10 050 061	5 287 293	459 792	515 325	-	-	-	-	-	16 312 471
Outros devedores	2 806 427	-	-	-	-	-	-	-	-	2 806 427
	26 159 278	5 998 131	1 981 578	3 678 469	10 156 491	6 049 437	4 734 457	5 413 184	775 255	64 946 281

Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais, foram os seguintes:

- Os instrumentos de capital foram classificados com maturidade "Indeterminado";
- Foi considerada como maturidade contratual a menor das seguintes datas: call, put ou maturidade.

Risco de mercado

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe dos instrumentos financeiros por tipo de exposição ao risco de taxa de juro apresenta o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2010			
	Exposição a		Não Sujeita a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
Activo				
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	429 386	429 386
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	390 592	-	390 592
Activos disponíveis para venda	16 070 220	15 466 695	343 869	31 880 784
	16 070 220	15 857 287	773 255	32 700 762

(Valores em Euros)

	2009			
	Exposição a		Não Sujeita a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
Activo				
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	429 386	429 386
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	356 415	-	356 415
Activos disponíveis para venda	15 828 687	9 946 620	345 868	26 121 175
	15 828 687	10 303 035	775 254	26 906 976

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe do valor nominal dos instrumentos financeiros com exposição ao risco de taxa de juro, em função da sua maturidade ou da data de refixação, tem a seguinte decomposição:

(Valores em Euros)

	2010								Total
	Datas de refixação / Datas de maturidade								
	Até 7 dias	Entre 7 dias e um mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 3 meses e 6 meses	Entre 6 meses e 12 meses	Entre 12 meses e 3 anos	Mais de 3 anos	Indeterminado	
Activo									
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	429 386	429 386
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	476 519	-	-	-	-	476 519
Activos disponíveis para venda	500 000	4 163 717	9 409 436	1 777 660	1 733 000	4 071 000	10 482 000	376 285	32 513 099
Empréstimos e contas a receber	-	15 269 803	421 618	230 238	222 709	-	-	-	16 144 367
Depósitos junto de empresas cedentes		269 803	421 618	230 238	222 709	-	-	-	1 144 367
Outros depósitos		15 000 000							15 000 000
	500 000	19 433 520	9 831 054	2 484 417	1 955 709	4 071 000	10 482 000	805 672	49 563 372

(Valores em Euros)

	2009								Total
	Datas de refixação / Datas de maturidade								
	Até 7 dias	Entre 7 dias e um mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 3 meses e 6 meses	Entre 6 meses e 12 meses	Entre 12 meses e 3 anos	Mais de 3 anos	Indeterminado	
Activo									
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	429 386	429 386
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	525 314	-	-	-	-	525 314
Activos disponíveis para venda	100 000	3 152 427	8 017 292	1 255 825	1 582 000	3 898 000	8 139 000	345 869	26 490 412
Empréstimos e contas a receber	-	10 028 750	5 283 232	459 792	515 325	-	-	-	16 287 099
Depósitos junto de empresas cedentes			283 232	459 792	515 325				1 258 349
Outros depósitos	-	10 028 750	5 000 000						15 028 750
	100 000	13 181 177	13 300 524	2 240 931	2 097 325	3 898 000	8 139 000	775 255	43 732 212

7. Investimentos em Filiais e Associadas

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta rubrica refere-se a 5.000 acções representativas da totalidade do capital social da CARES RH, Companhia de Assistência e Representação de Seguros, S.A. (Cares RH), com sede na Avenida José Malhoa, nº 13 – 7º, em Lisboa.

Os dados financeiros mais significativos, retirados das demonstrações financeiras da Cares RH em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são os seguintes:

(Valores em Euros)

	2010	2009 (Pró-forma)
Activo líquido	1 435 509	1 751 951
Passivo	209 805	258 011
Capital e reservas	1 225 704	1 493 940
Resultado líquido do exercício	421 932	325 045
Proveitos totais	1 021 122	1 474 034

No exercício de 2010, a Cares RH adoptou pela primeira vez as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) na preparação das suas demonstrações financeiras. Os valores acima apresentados para o exercício de 2009 reflectem os ajustamentos realizados nos comparativos no âmbito da transição para as NCRF.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Cares RH detém uma participação correspondente a 51% do Capital Social da Cares Multiassistance, S.A..

Nos termos da legislação em vigor, a Companhia está dispensada de elaborar demonstrações financeiras consolidadas dado a Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., com sede em Lisboa, deter a totalidade do seu capital e apresentar contas consolidadas nas quais são incluídas as demonstrações financeiras da Sociedade e da sua filial. Nos exercícios de 2010 e 2009, a Sociedade recebeu dividendos de 690.000 Euros e 133.015 Euros (Nota 16).

8. Caixa e Equivalentes e Depósitos à Ordem

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2010	2009
Depósitos à ordem em instituições nacionais:		
em Euros		
Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Nota 29)	9 622 162	12 945 233
Banesto	92 352	114 677
	9 714 514	13 059 910
Caixa	2 503	2 511
	9 717 017	13 062 421

9. Terrenos e Edifícios

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Terrenos e edifícios – de rendimento” é composta por um edifício afecto às provisões técnicas do ramo não vida, o qual deixou de ser utilizado pelos serviços da Companhia em 2005.

Na sequência da adopção do Novo PCES, a Companhia adoptou a opção permitida pela IAS 40 de valorização do edifício pelo valor de avaliação por via de ganhos e perdas.

Em Dezembro de 2010 e 2009 foram realizadas avaliações pela entidade Imocaixa, tendo o valor actual sido calculado pelo método do rendimento e comparativo de mercado.

Em resultado destas avaliações, foi registado no exercício de 2009 um proveito de 10.000 Euros na rubrica “Ganhos líquidos em activos não financeiros”, da conta de ganhos e perdas. Em 2010, o valor manteve-se inalterado.

Os proveitos com rendas registados nos exercícios de 2010 e 2009 ascenderam a 43.176 Euros e 42.490 Euros, respectivamente (Nota 16).

10. Outros Activos Fixos Tangíveis

Nos exercícios de 2010 e 2009, o movimento ocorrido nestas rubricas foi o seguinte:

(Valores em Euros)

Rubricas	31-12-2009		Adições	Transferências	Alienações e abates líquidos			31-12-2010	
	Valor Bruto	Depreciações acumuladas			Valor Bruto	Amortizações e imparidades	Depreciação do exercício (Nota 21)	Valor Bruto	Depreciações acumuladas
OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS									
Equipamento administrativo	494 156	(425 354)	41 549	-	(1 004)	1 004	(42 342)	534 701	(466 692)
Máquinas e ferramentas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento informático	238 724	(228 865)	112 935	-	(14 626)	14 626	(45 924)	337 033	(260 163)
Instalações interiores	95 792	(89 240)	-	-	-	-	(6 111)	95 792	(95 351)
Material de transporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos tangíveis	10 780	(10 780)	-	-	-	-	-	10 780	(10 780)
	839 452	(754 239)	154 484	-	(15 630)	15 630	(94 377)	978 306	(832 986)

(Valores em Euros)

Rubricas	31-12-2008		Adições	Transferências	Alienações e abates líquidos	Depreciação do exercício (Nota 21)	31-12-2009	
	Valor Bruto	Depreciações acumuladas					Valor Bruto	Depreciações acumuladas
OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS								
Equipamento administrativo	485 572	(377 565)	8 584	-	-	(47 789)	494 156	(425 354)
Máquinas e ferramentas	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento informático	233 996	(218 880)	4 728	-	-	(9 985)	238 724	(228 865)
Instalações interiores	95 792	(83 128)	-	-	-	(6 112)	95 792	(89 240)
Material de transporte	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos tangíveis	10 780	(10 780)	-	-	-	-	10 780	(10 780)
	826 140	(690 353)	13 312	-	-	(63 886)	839 452	(754 239)

11. Afectação dos Investimentos e Outros Activos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os investimentos e outros activos encontravam-se afectos do seguinte modo:

(Valores em Euros)

	Seguros não Vida	2010 Não afectos	Total
Caixa e equivalentes (Nota 8)	1 430 246	8 286 771	9 717 017
Terrenos e edifícios (Nota 9)	750 000	-	750 000
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 7)	-	429 386	429 386
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas (Nota 6)	390 592	-	390 592
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 6)	31 880 784	-	31 880 784
Empréstimos concedidos e contas a receber (Nota 38)	16 242 492	-	16 242 492
Outros activos tangíveis (Nota 10)	-	145 320	145 320
Outros activos intangíveis (Nota 12)	-	13 795	13 795
Outros devedores	3 703 865	519 554	4 223 419
	54 397 979	9 394 826	63 792 805

(Valores em Euros)

	Seguros não Vida	2009 Não afectos	Total
Caixa e equivalentes (Nota 8)	1 630 455	11 431 966	13 062 421
Terrenos e edifícios (Nota 9)	750 000	-	750 000
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 7)	-	429 386	429 386
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas (Nota 6)	356 415	-	356 415
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 6)	26 121 175	-	26 121 175
Empréstimos concedidos e contas a receber (Nota 38)	16 302 610	-	16 302 610
Outros activos tangíveis (Nota 10)	-	85 213	85 213
Outros activos intangíveis (Nota 12)	-	25 117	25 117
Outros devedores	2 660 796	537 362	3 198 158
	47 821 451	12 509 044	60 330 495

12. Activos Intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o movimento nas rubricas de outros activos intangíveis foi o seguinte:

(Valores em Euros)

Rubricas	31-12-2009		Adições	Transferências	Alienações e abates líquidos		Depreciação do exercício (Nota 21)	31-12-2010	
	Valor Bruto	Depreciações acumuladas			Valor Bruto	Amortizações e imparidades		Valor Bruto	Depreciações acumuladas
OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS									
Despesas de investigação e desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas com aplicações informáticas - adquiridas a terceiros	212 474	(187 357)	1 868	-	(429)	429	(13 190)	213 913	(200 118)
Activos em curso - despesas aplicações informáticas - adquiridas a terceiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	212 474	(187 357)	1 868	-	(429)	429	(13 190)	213 913	(200 118)

(Valores em Euros)

Rubricas	31-12-2008		Adições	Transferências	Alienações e abates líquidos	Depreciação do exercício (Nota 21)	31-12-2009	
	Valor Bruto	Depreciações acumuladas					Valor Bruto	Depreciações acumuladas
OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS								
Despesas de investigação e desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas com aplicações informáticas - adquiridas a terceiros	174 789	(150 698)	37 685	-	-	(36 659)	212 474	(187 357)
Activos em curso - despesas aplicações informáticas - adquiridas a terceiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-
	174 789	(150 698)	37 685	-	-	(36 659)	212 474	(187 357)

13. Outras Provisões e Ajustamentos de Contas do Activo

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o movimento nestas rubricas foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	Saldo em 31.12.2009	Reforços	2010 Reposições e anulações	Regularizações	Saldo em 31.12.2010
Provisões - contencioso	246 941	109 687	(139 189)		217 439
Outras provisões	198 933	-	-		198 933
	445 874	109 687	(139 189)	-	416 372

(Valores em Euros)

	Saldo em 31.12.2008	Reforços	2009 Reposições e anulações	Regularizações	Saldo em 31.12.2009
Provisões - contencioso	250 692	-	(3 750)	(1)	246 941
Outras provisões	220 487	-	(21 554)	-	198 933
	471 179	-	(25 304)	(1)	445 874

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estas provisões incluem 198.933 Euros, relativos a eventuais contingências laborais referentes a exercícios anteriores, na sequência da alteração da política de remunerações da Companhia ocorrida em 2005. Inclui ainda 217.439 Euros e 246.941 Euros, respectivamente, para fazer face a encargos futuros decorrentes de acções judiciais de índole laboral em curso.

14. Prémios de Contratos de Seguro

Nos exercícios de 2010 e 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

2010				
	Seguro directo	Resseguro aceite	Seguro directo e Resseguro aceite	Líquido
Prémios brutos emitidos				
Protecção Jurídica	(300)	5 655 533	5 655 233	5 655 233
Assistência	171 150	40 626 233	40 797 383	40 797 383
	170 850	46 281 766	46 452 616	46 452 616
Variação da provisão para prémios não adquiridos				
Protecção Jurídica	275	(63 465)	(63 190)	(63 190)
Assistência	782	25 071	25 853	25 853
	1 057	(38 394)	(37 337)	(37 337)
Prémios adquiridos no exercício				
Protecção Jurídica	(25)	5 592 068	5 592 043	5 592 043
Assistência	171 932	40 651 304	40 823 236	40 823 236
	171 907	46 243 372	46 415 279	46 415 279

(Valores em Euros)

2009				
	Seguro directo	Resseguro aceite	Seguro directo e Resseguro aceite	Líquido
Prémios brutos emitidos				
Diversos Protecção Jurídica	300	5 623 034	5 623 334	5 623 334
Diversos Assistência	99 617	42 285 453	42 385 070	42 385 070
	99 917	47 908 487	48 008 404	48 008 404
Variação da provisão para prémios não adquiridos				
Diversos Protecção Jurídica	-	(215 588)	(215 588)	(215 588)
Diversos Assistência	573	(994 974)	(994 401)	(994 401)
	573	(1 210 562)	(1 209 989)	(1 209 989)
Prémios adquiridos no exercício				
Diversos Protecção Jurídica	300	5 407 446	5 407 746	5 407 746
Diversos Assistência	100 190	41 290 479	41 390 669	41 390 669
	100 490	46 697 925	46 798 415	46 798 415

Nos exercícios de 2010 e 2009, alguns valores por ramos apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

Ramos / Grupos de Ramos	2010			
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinsitros brutos	Custos e gastos de exploração brutos
Seguro Directo				
Protecção Jurídica	(300)	(25)	(870)	(50)
Assistência	171 150	171 932	177 327	13 662
Total	170 850	171 907	176 457	13 612
Resseguro Aceite	46 281 766	46 243 372	38 071 390	738 158
Total Geral	46 452 616	46 415 279	38 247 847	751 770

(Valores em Euros)

Ramos / Grupos de Ramos	2009			
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinsitros brutos	Custos e gastos de exploração brutos
Seguro Directo				
Protecção Jurídica	300	300	(9 667)	292
Assistência	99 617	100 190	137 565	12 908
Total	99 917	100 490	127 898	13 200
Resseguro Aceite	47 908 487	46 697 925	41 160 126	853 868
Total Geral	48 008 404	46 798 415	41 288 024	867 068

16. Rendimentos/Réditos de Investimentos

As políticas contabilísticas de reconhecimento dos réditos de investimentos são descritas na Nota 3. Nos exercícios de 2010 e 2009, a composição destas rubricas da demonstração de ganhos e perdas é a seguinte:

(Valores em Euros)

	2010					2009				
	Juros	Dividendos	Rendas	Outros	Total	Juros	Dividendos	Rendas	Outros	Total
Rendimentos										
De juros de activos financeiros										
não valorizados ao justo valor										
por via de ganhos e perdas										
Activo financeiros										
disponíveis para venda										
Investimentos em empresas										
do grupo	-	47 178	-	-	47 178	-	37 066	-	-	37 066
Instrumentos de capital										
e unidades de participação										
Acções	-	-	-	-	-	-	19	-	-	19
Unidades de participação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	19	-	-	19
Instrumentos de dívida										
Obrigações de emissores públicos	334 972	-	-	-	334 972	298 078	-	-	-	298 078
Obrigações de outros emissores	467 559	-	-	-	467 559	503 014	-	-	-	503 014
	802 531	-	-	-	802 531	801 092	-	-	-	801 092
Partes de capital em filiais (Nota 7)	-	690 000	-	-	690 000	-	133 015	-	-	133 015
Empréstimos concedidos										
e contas a receber	180 406	-	-	-	180 406	65 927	-	-	-	65 927
Depósitos à ordem										
em instituições de crédito	34 021	-	-	-	34 021	128 229	-	-	-	128 229
	214 427	-	-	-	214 427	194 156	-	-	-	194 156
	1 016 958	737 178	-	-	1 754 136	995 248	170 100	-	-	1 165 348
Outros										
Terrenos e edifícios (Nota 9)	-	-	43 176	-	43 176	-	-	42 490	-	42 490
Activos financeiros classificados no										
reconhecimento inicial ao justo										
valor através de ganhos e perdas	2 474	-	-	-	2 474	10 383	-	-	-	10 383
	2 474	-	43 176	-	45 650	10 383	-	42 490	-	52 873
	1 019 432	737 178	43 176	-	1 799 786	1 005 631	170 100	42 490	-	1 218 221

17. Ganhos e Perdas Realizados em Investimentos

Nos exercícios de 2010 e de 2009, as rubricas de ganhos e perdas realizados em investimentos apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2010			2009		
	Não vida	Não afecto	Total	Não vida	Não afecto	Total
GANHOS REALIZADOS EM INVESTIMENTOS						
De activos disponíveis para venda						
Investimentos em empresas do grupo						
Títulos de dívida e outros empréstimos	-	-	-	-	-	-
Instrumentos de capital e unidades de participação						
Acções	-	-	-	34 269	-	34 269
Unidades de participação	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	34 269	-	34 269
Instrumentos de dívida						
Obrigações - emissores públicos	85	-	85	10	-	10
Obrigações - outros emissores	14 394	-	14 394	381	-	381
	14 479	-	14 479	391	-	391
	14 479	-	14 479	34 660	-	34 660
PERDAS REALIZADAS EM INVESTIMENTOS						
De activos disponíveis para venda						
Investimentos em outras participadas						
Títulos de dívida e outros empréstimos	-	-	-	-	-	-
Instrumentos de capital e unidades de participação						
Acções	-	-	-	(107 573)	-	(107 573)
Unidades de participação	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	(107 573)	-	(107 573)
Instrumentos de dívida						
Obrigações - emissores públicos	(72)	-	(72)	-	-	-
Obrigações - outros emissores	(3 107)	-	(3 107)	(1 593)	-	(1 593)
	(3 179)	-	(3 179)	(1 593)	-	(1 593)
	(3 179)	-	(3 179)	(109 166)	-	(109 166)

18. Ganhos e Perdas Provenientes de Ajustamentos de Justo Valor em Investimentos

Nos exercícios de 2010 e de 2009, as rubricas de ganhos e perdas provenientes de ajustamentos no justo valor em investimentos apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

Ganhos e perdas não realizados	2010		
	Carteira ramo não vida		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas			
Títulos de dívida e outros empréstimos	4 429	78 543	82 972
Perdas de imparidade (líquidas de reversões) de activos disponíveis para venda			
Títulos de dívida e outros empréstimos	11 552	(89 601)	(78 049)
Terrenos e edifícios	-	-	-
	15 981	(11 058)	4 923

(Valores em Euros)

Ganhos e perdas não realizados	2009		
	Carteira ramo não vida		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas			
Títulos de dívida e outros empréstimos	4 056	(35 523)	(31 467)
Perdas de imparidade (líquidas de reversões) de activos disponíveis para venda			
Títulos de dívida e outros empréstimos	8 549	(2 541)	6 008
Terrenos e edifícios	10 000	-	10 000
	22 605	(38 064)	(15 459)

19. Ganhos e Perdas em Diferenças de Câmbio

Nos exercícios de 2010 e 2009, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2010		2009	
	Ramo não vida	Total	Ramo não vida	Total
Diferenças de câmbio favoráveis	378	378	327	327
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(378)	(378)	13	13
	-	-	340	340

21. Gastos Diversos por Função e Natureza

A composição desta rubrica de ganhos e perdas é a seguinte:

(Valores em Euros)

	2010	2009
Custos com o pessoal (Nota 22)	3 576 704	3 179 150
Fornecimentos e serviços externos:		
Trabalhos especializados	830 086	979 823
Comunicações	350 480	355 803
Rendas e alugueres	255 155	251 268
Custos com trabalho independente	49 193	63 917
Licenças de software	61 000	57 478
Limpeza e higiene	32 758	34 362
Impressos e material de escritório	19 037	19 819
Publicidade e propaganda	6 187	14 012
Deslocações e estadas	10 644	9 915
Outros	116 102	109 611
	1 730 642	1 896 008
Custos de seguro directo	5 337	5 216
Impostos e taxas	4 121	3 215
Amortizações do exercício:		
Activos intangíveis (Nota 12)	13 190	36 659
Activos tangíveis (Nota 10)	94 377	63 886
Outras provisões	(29 502)	-
Comissões por serviços bancários e juros suportados	19 995	18 203
	102 181	121 963
	5 414 864	5 202 337

Na demonstração de ganhos e perdas, estes custos foram imputados da seguinte forma:

	(Valores em Euros)	
	2010	2009
Custos com sinistros (Nota 4)	(4 646 168)	(4 403 503)
Custos administrativos	(556 994)	(566 930)
Custos de aquisição	(188 064)	(210 427)
Custos de gestão dos investimentos	(23 638)	(21 477)
	(5 414 864)	(5 202 337)

22. Gastos com Pessoal

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a Companhia teve, em média, 124 e 89 trabalhadores ao seu serviço, respectivamente, distribuídos pelas seguintes categorias profissionais:

	2010	2009
Direcção	2	5
Chefias e gerência	5	2
Técnicos informáticos	4	4
Outros técnicos	10	10
Administrativos	103	68
Total	124	89

A composição dos gastos com pessoal durante os exercícios de 2010 e 2009 é a seguinte:

	(Valores em Euros)	
	31-12-2010	31-12-2009
Remunerações		
Órgãos Sociais	158 153	182 622
Pessoal	2 634 963	2 272 716
Encargos sobre Remunerações	619 624	547 739
Benefícios Pós-emprego		
Planos de benefícios definidos (Nota 23)	10 486	19 361
Benefícios de cessação de emprego	3 418	3 871
Seguros obrigatórios	39 342	28 686
Gastos de acção pessoal	74 137	65 917
Outros gastos com pessoal	36 581	58 238
Total custos com Pessoal	3 576 704	3 179 150

O custo do reembolso de salários e encargos sociais inerentes à cedência ocasional à Companhia de colaboradores de empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos em 2010 e 2009 é de 156.377 Euros e 180.928 Euros de Órgãos Sociais e 404.469 Euros e 597.478 Euros de pessoal, respectivamente e encontra-se distribuído pelas diversas rubricas de gastos com pessoal consoante a respectiva natureza (Nota 29).

23. Obrigações com Benefícios dos Empregados

No exercício de 2008 e 2007, a Companhia celebrou com um colaborador em cada um dos exercícios respectivamente, acordos de pré-reforma, pelo qual concedeu o direito a uma prestação até à idade de reforma. As responsabilidades futuras com estes acordos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 ascendem a 32.476 Euros e a 104.096 Euros, respectivamente, tendo sido apuradas com base nos seguintes pressupostos:

	2010	2009
Método Actuarial	Projected Unit Credit	
Pressupostos demográficos:		
Tábua de mortalidade	TV 73/77	
Pressupostos financeiros:		
Taxa de desconto	5,25%	5,5%
Taxa de crescimento das pensões	1,5%	2%

O movimento ocorrido na rubrica “Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo” durante os exercícios de 2009 e 2010 resume-se da seguinte forma:

(Valores em Euros)	
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	167 556
Custo do exercício	11 791
Pagamentos em 2010	(75 251)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	104 096
Custo do exercício	3 631
Pagamentos em 2010	(75 251)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	32 476

Os encargos com estes acordos reflectidos na conta de ganhos e perdas dos exercícios de 2010 e 2009 são os seguintes:

	(Valores em Euros)	
	2010	2009
Valor inicial	-	-
Acordos de pré-reforma		
Custo dos juros	3 656	7 471
Ganhos / (perdas) actuariais	(25)	4 320
	3 631	11 791

24. Imposto Sobre o Rendimento

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, as rubricas de activos e passivos por impostos sobre o rendimento apresentam a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2010	2009
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	(1 766 720)	(1 059 142)
Contribuições para a Segurança Social	(40 838)	(37 098)
Retenções de imposto na fonte	(25 295)	(22 069)
Outros impostos e taxas	(6 232)	(3 403)
Retenção de impostos sobre rendimentos prediais	(2 946)	(2 678)
	(1 842 031)	(1 124 390)
Activos por impostos diferidos		
Por desvalorização de activos disponíveis para venda	266 112	206 251
Por desvalorizações em imóveis - propriedades de investimento	9 284	10 860
Por provisões para riscos e encargos não aceites fiscalmente	61 323	80 302
Por outras desvalorizações através de resultados	8 405	12 608
	345 124	310 021
Passivos por impostos diferidos		
Por valorização de activos disponíveis para venda	(16 458)	(22 965)
Por outras revalorizações de títulos por resultados	(13 268)	(19 902)
	(29 726)	(42 867)
	315 398	267 154

O movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2010			
	Saldo em 31-12-2009	Variação		Saldo em 31-12-2010
		Capital Próprio	Resultado	
Impostos diferidos por diferenças temporárias				
Reavaliação de activos disponíveis para venda	131 273	69 350	2 432	203 055
Imparidade em títulos de dívida	44 718	-	(2 982)	41 736
Reavaliação de imóveis de rendimento	10 860	-	(1 576)	9 284
Reforço de provisões não dedutíveis fiscalmente	80 303	-	(18 980)	61 323
	267 154	69 350	(21 106)	315 398

(Valores em Euros)

	2009			
	Saldo em 31-12-2008	Variação		Saldo em 31-12-2009
		Capital Próprio	Resultado	
Impostos diferidos por diferenças temporárias				
Reavaliação de activos disponíveis para venda	420 316	(291 472)	2 429	131 273
Imparidade em títulos de dívida	46 310	-	(1 592)	44 718
Reavaliação de imóveis de rendimento	8 781	-	2 079	10 860
Reforço de provisões não dedutíveis fiscalmente	102 831	-	(22 528)	80 303
	578 238	(291 472)	(19 612)	267 154

Os impostos sobre lucros registados na conta de ganhos e perdas têm a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2010	2009
Imposto corrente		
Imposto	1 560 692	993 755
Tributação autónoma	6 317	5 668
Derrama	93 642	59 719
Derrama Estadual	106 069	-
	1 766 720	1 059 142
Impostos diferidos:		
Valorização e reavaliação de activos disponíveis para venda	2 982	1 592
Valorização de imóveis de rendimento	1 576	(2 079)
Provisões para outros riscos e encargos	18 980	22 528
Outros	(2 432)	(2 429)
	21 106	19 612
Total de impostos em resultados	1 787 826	1 078 754
Resultado antes de impostos	7 093 499	4 326 381
Carga fiscal	25%	25%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificada nos exercícios de 2010 e 2009 pode ser demonstrada como se segue:

(Valores em Euros)

	2010		2009	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		7 093 499		4 326 381
Colecta e derrama	26,50%	1 879 777	26,50%	1 146 491
Derrama estadual	1,50%	106 069		
Dividendos	-2,58%	(182 850)	-0,81%	(35 249)
Mais e menos-valias contabilísticas e fiscais	-	-	0,21%	8 976
Benefícios fiscais	-0,41%	(28 978)	-0,81%	(34 848)
Excesso/Insuficiência de estimativa	0,03%	2 300	-0,15%	(6 392)
Tributação autónoma	0,09%	6 317	0,13%	5 668
Outros	0,07%	5 191	-0,14%	(5 892)
	25,20%	1 787 826	24,93%	1 078 754
	25,20%	1 787 826	24,93%	1 078 754

No exercício de 2004, a Companhia passou a estar abrangida pelo regime especial de tributação dos grupos de Sociedades enquanto entidade dominada, previsto no Artigo 63º do Código do IRC. Nesta conformidade, o resultado fiscal da Sociedade concorre para a matéria colectável da entidade dominante, Caixa Seguros e Saúde – SGPS, S.A.. A opção por este regime conduz a que o custo com imposto sobre rendimento, se aplicável, seja reconhecido na esfera individual da Companhia, sendo os correspondentes pagamentos efectuados pela entidade dominante.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais podem ser objecto de revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), contados a partir dos exercícios a que respeitam. A declaração fiscal do exercício de 2007 foi revista sem correcções. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2008 a 2010 poderão ainda vir a ser revistas e a declaração fiscal do ano de 2007 sujeita a nova revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010.

25. Capital

Os objectivos de gestão do Capital na Companhia obedecem aos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com os requisitos legais a que a Cares está obrigada pelas Autoridades de Supervisão, nomeadamente pelo Instituto de Seguros de Portugal;
- Gerar uma rentabilidade adequada para o Grupo, criar valor ao accionista e proporcionar-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que a Cares está legalmente autorizada a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da actividade e aos riscos dela decorrentes.

Para atingir os objectivos descritos, a Cares efectua um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazo, tendo em vista o financiamento da sua actividade, sobretudo por recurso ao autofinanciamento.

As exigências regulamentares em vigor decorrem do Decreto-Lei nº 94-B/98, de 17 de Abril, com a redacção dada pelo Decreto-Lei nº 251/2003, de 14 de Outubro, e das Normas do Instituto de Seguros de Portugal, nomeadamente da Norma Regulamentar nº 6/2009-R, de 27 de Abril, com as alterações decorrentes da Norma Regulamentar nº 12/2010-R, de 30 de Outubro, salientando-se:

- Obrigatoriedade da manutenção em permanência de uma margem de solvência suficiente face ao conjunto das actividades das companhias de seguros. Para este efeito, a margem de solvência disponível é determinada nos termos do disposto na legislação acima referida, sendo aplicáveis os ajustamentos prudenciais previstos nas normas regulamentares do Instituto de Seguros de Portugal.
- Obrigatoriedade da manutenção de um fundo de garantia, que faz parte integrante da margem de solvência e que corresponde a um terço do valor da margem de solvência exigida, não podendo, no entanto, ser inferior aos limites mínimos legalmente estabelecidos.
- Obrigatoriedade de as provisões técnicas serem a qualquer momento representadas na sua totalidade por activos equivalentes, sujeitos a um conjunto de regras de diversificação e dispersão prudenciais, cujo cumprimento é monitorado pelo Instituto de Seguros de Portugal.

A análise e cumprimento dos objectivos são garantidos pela administração e direcção da Companhia. Em 31 de Dezembro de 2010, a Companhia mantinha a margem de solvência e o fundo de garantia acima dos montantes mínimos exigidos e as provisões técnicas encontram-se adequadamente representadas.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o capital da Companhia está representado por 1.500.000 acções, com o valor nominal de 5 Euros cada, encontrando-se integralmente subscrito e realizado.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o capital da Companhia é integralmente detido pela Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A..

26. Outras Rubricas de Capital Próprio

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as outras rubricas de capital próprio apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2010	2009
Reservas de reavaliação:		
Por ajustamentos no justo valor		
- de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 6)	(784 597)	(522 896)
	(784 597)	(522 896)
Reserva por impostos diferidos:		
- De activos financeiros disponíveis para venda	207 918	138 568
Outras reservas e resultados transitados		
- Reserva legal	1 631 532	1 291 674
- Outras reservas	2 867 823	2 310 014
	4 499 355	3 601 688
Resultados transitados	180 428	330 467
Resultado do exercício	5 305 673	3 247 627
	9 408 777	6 795 454

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 10% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal, até à concorrência do capital. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos.

Na Assembleia Geral da Companhia realizada em 26 de Março de 2010, foi deliberada a seguinte aplicação do resultado líquido estatutário de 2009:

(Valores em Euros)

Reserva legal	339 858
Reservas Livres	407 769
Distribuição de dividendos	2 500 000
	3 247 627

27. Resultados por Acção

Nos exercícios de 2010 e 2009, a Companhia apresenta um resultado por acção de:

	(Valores em Euros)	
	2010	2009
Resultado líquido do exercício	5 305 673	3 247 627
Número total de acções	1 500 000	1 500 000
Resultado por acção (Euros)	3,5371	2,1651

29. Transacção Entre Partes Relacionadas

São consideradas entidades relacionadas da Cares, as empresas filiais e associadas do Grupo Caixa Geral de Depósitos.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as demonstrações financeiras da Cares incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas:

	(Valores em Euros)	
	2010	2009
Saldos de balanço		
Activos disponíveis para venda (Nota 6):		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	1 172 344	1 277 356
Investimentos em filiais e associadas (Nota 7):		
Cares RH - Companhia de Assistência e Rep. Seguros, S.A.	429 386	429 386
Depósitos à ordem (Nota 8):		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	9 622 162	12 945 233
Banco Caixa Geral		
Depósitos a prazo:		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	15 098 125	15 044 261
Devedores/ Credores por operações de resseguro (Notas 39 e 41):		
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	1 271 830	(989 622)
Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A.	612 445	1 092 941
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	1 010 661	555 565
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	(102 391)	44 040
Garantia - Companhia de Seguros, S.A.R.L.	31 786	21 264

(continuação)

(Valores em Euros)

	2010	2009
Devedores por outras operações (Nota 39):		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	4 236	3 323
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	8 570	27 185
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	2 965	7 686
Cares RH - Companhia de Assistência e Rep. Seguros, S.A.	-	-
Credores por outras operações (Nota 41):		
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	(14 505)	(38 945)
Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A.	(32 195)	(103 782)
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	-	(2 056)
Cares RH - Companhia de Assistência e Rep. Seguros, S.A.	(7 069)	(24 967)
Provisão para prémios não adquiridos - resseguro aceite (Nota 4):		
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	(10 629 801)	(10 883 867)
Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A.	(5 051 842)	(4 800 543)
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	(2 069 086)	(1 795 230)
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	(327 832)	(312 649)
Garantia - Companhia de Seguros, S.A.R.L.	(6 060)	(5 515)
Provisão para participação nos resultados (Nota 4):		
Garantia - Companhia de Seguros, S.A.R.L.	-	(2 275)
Saldos da demonstração dos resultados		
Varição da provisão para prémios não adquiridos de resseguro aceite:		
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	254 066	(557 574)
Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A.	(251 299)	(778 625)
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	(273 856)	72 884
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	(15 183)	(8 245)
Garantia - Companhia de Seguros, S.A.R.L.	(545)	(5 116)
Participação nos resultados de resseguro aceite:		
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	(1 482 404)	(1 257 216)
Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A.	(386 744)	(152 472)
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	(158 190)	(113 434)
Garantia - Companhia de Seguros, S.A.R.L.	(4 927)	(2 071)
Contas relativas a cedência de órgãos sociais (nota 22):		
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	(156 377)	(180 928)
Contas relativas a cedência de pessoal (Nota 22):		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	37 700	23 296
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	106 728	114 118
Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A.	(571 627)	(710 438)
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	(906)	(25 817)
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	39 590	23 512
Cares RH - Companhia de Assistência e Rep. Seguros, S.A.	(15 954)	(22 149)

(continuação)

(Valores em Euros)

	2010	2009
Outras despesas (seguros e rendas):		
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	(268 142)	(242 991)
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	(5 003)	(5 047)
Locarent - Companhia Portuguesa de aluguer de viaturas, S.A.	(38 074)	(38 986)
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite		
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	25 105 118	26 293 703
Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A.	12 494 034	12 936 760
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	3 980 246	3 423 555
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	651 380	627 316
Garantia - Companhia de Seguros, S.A.R.L.	115 577	41 440
Rendimentos de Investimentos (juros e dividendos):		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	240 667	209 556
Cares RH - Companhia de Assistência e Rep. Seguros, S.A.	690 000	133 015

Os saldos devedores e credores por outras operações dizem respeito aos valores pendentes de facturas de cedência de pessoal e recibos de seguros.

O número de colaboradores cedidos/recebidos das diversas empresas do grupo são os seguintes:

	2010	2009
Colaboradores cedidos a empresas do grupo:		
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	2	2
Cares RH - Companhia de Assistência e Rep. Seguros, S.A.	2	2
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	1	2
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	1	1

	2010	2009
Colaboradores cedidos por empresas do grupo:		
Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A.	10	20
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	1	1
Cares RH - Companhia de Assistência e Rep. Seguros, S.A.	1	1
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	-	1

O valor das rendas diz respeito ao aluguer do edifício da sede da Cares Seguros à Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A..

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

30. Demonstração de Fluxos de Caixa

Ver Demonstração de Fluxos de Caixa em anexo.

36. Acontecimentos Após a Data de Balanço

Entre 31 de Dezembro de 2010 e a data de aprovação das demonstrações financeiras, não ocorreram eventos relevantes tal como considerados na Norma Internacional de Contabilidade nº 10.

37. Outras Informações

Com o objectivo de facilitar a leitura das demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas notas adicionais face às obrigatórias, as quais se encontram detalhadas abaixo (Notas 38 a 41).

38. Empréstimos e Contas a Receber

A rubrica “Depósitos junto de empresas cedentes” corresponde a retenções efectuadas pelas diversas companhias cedentes de uma percentagem sobre os prémios de resseguro aceite pela Companhia. Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2010	2009
Depósitos junto de empresas cedentes		
Global - Companhia de Seguros, S.A.	1 141 272	1 255 530
A.M.A. - Agrupacion Mutual Aseguradora	3 095	2 819
	1 144 367	1 258 349

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Outros depósitos” diz respeito a um depósito a prazo no montante de 15.000.000 Euros, constituído junto da Caixa Geral de Depósitos.

39. Outros Devedores

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2010	2009
Devedores por operações de seguro directo		
Recibos por cobrar		
Protecção Jurídica	-	654
Assistência	831	29 642
Total devedores por operações de seguro directo	831	30 296
Devedores por operações de resseguro		
Ressegurados do grupo	2 926 722	1 713 810
Outros ressegurados	777 143	946 986
Total devedores por operações de resseguro	3 703 865	2 660 796
Devedores por outras operações		
Empresas do grupo	15 771	38 194
Outros	67 780	77 141
Total devedores por outras operações	83 551	115 335

A rubrica "Devedores por operações de resseguro" corresponde a contas correntes tituladas em nome das companhias cedentes, utilizadas para a liquidação dos prémios de resseguro aceite.

40. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica de acréscimos e diferimentos do activo apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2010	2009
Acréscimos de proveitos		
- Juros a receber de depósitos de resseguro aceite	17 894	16 523
Custos diferidos		
- Licenças de software	26 912	26 738
- Seguros	25 205	12 768
- Rendas e alugueres	17 852	17 852
- Outros	2 185	7 829
Total custos diferidos	72 154	65 187
Total acréscimos e diferimentos activos	90 048	81 710

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a rubrica de acréscimos e diferimentos do passivo apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2010	2009
Provisão para férias e subsídio de férias (Nota 3. h))	376 194	311 990
Prémios a pagar a colaboradores	84 000	110 100
Outros	91 650	65 403
	551 844	487 493

41. Outros Credores

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	2010	2009
Contas a pagar por operações de seguro directo:		
Contas relativas à cobrança de comissões	-	96
Comissões a pagar a mediadores	67	1 607
	67	1 703
Contas a pagar por outras operações de resseguro:		
Ressegurados do grupo	102 391	989 622
Contas a pagar por outras operações:		
Empresas do grupo	53 769	169 750
Outros	146 734	127 510
	200 503	297 260
	302 961	1 288 585

42. Remuneração dos Órgãos Sociais

A Comissão de remunerações é responsável pela aprovação da remuneração dos membros dos Órgãos Sociais, de acordo com critérios estabelecidos pelo accionista.

Em 2010 e 2009, as remunerações e benefícios atribuídos aos membros dos Órgãos Sociais têm a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	Remuneração		Outros Benefícios		Encargos com Benefícios Sociais	
	Remuneração fixa	Remuneração variável	Subsídio de refeição		Seguros de saúde	Seguros de vida
	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Conselho de Administração						
Presidente						
Dr. Francisco Adelino Gusmão Esteves de Carvalho						
Vogais						
Dr. Fernando Augusto Ferreira Santos	148 424	147 825	18 000		2 376	2 349
Dr. Nuno de Vasconcelos e Sousa Lino (1)	22 716				1 354	1 354
Dr ^a . Ana Rita Martins Sambado de Macedo (2)					80	59
Conselho Fiscal						
Presidente						
Dr. Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	2 533	8 911				
Vogais						
Dr. João Filipe Gonçalves Pinto	2 267	7 027				
Dr. Luis Máximo dos Santos	2 267	7 027				

(1) - renunciou em 08/07/2009

(2) - iniciou mandato em 26/03/2010

Revisor Oficial de Contas

Os honorários da Deloitte & Associados, SROC S.A., revisor oficial de contas da Companhia, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, ascenderam a 26.961 Euros pelos serviços prestados de revisão oficial de contas e 11.702 Euros por outros serviços de garantia de fiabilidade prestados.

4.

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

em 31 de Dezembro de 2010

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

em 31 de Dezembro de 2010

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço unitário	Valor de balanço total
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.1 - Títulos Nacionais							
1.1.1 - Partes de capital em filiais							
CARES RH	5 000			85,88	429 386	85,88	429 386
Sub-Total	5 000				429 386		429 386
1.1.2 - Partes de capital em associadas	sub-total	0	0		0		0
1.1.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos	sub-total						
1.1.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes	sub-total	0	0		0		0
1.1.5 - Títulos de dívida do Grupo CGD							
CGD, 3.875%, 12/12/2011, CORP		700 000	102		715 344	98,40	688 792
CGD, 5.125%, 19/02/2014, CORP		500 000	100		498 535	96,71	483 552
sub-total	0	1 200 000			1 213 879		1 172 344
1.1.6 - Títulos de dívida de associadas	sub-total						
sub-total	5 000	1 200 000			1 643 265		1 601 730
1.2 - Títulos estrangeiros							
1.2.1 - Partes de capital em filiais	sub-total						
1.2.2 - Partes de capital em associadas	sub-total	0	0	0,00	0		0
1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos	sub-total						
1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes	sub-total						
1.2.5 - Títulos de dívida do Grupo CGD	sub-total	0	0		0		0
1.2.6 - Títulos de dívida de associadas	sub-total						
sub-total	0	0			0		0
total	5 000	1 200 000			1 643 265		1 601 730
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.1 - Acções	sub-total	0	0		0		0
2.1.1.2 - Títulos de participação	sub-total	0	0		0		0
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
LUSIMOVEST, FII	1 624			50,35	81 762	70,07	113 796
SAUDEINVEST (FII)	200			1 000,00	200 000	1 150,36	230 073
sub-total	1 824	0			281 762		343 869
2.1.1.4 - Outros	sub-total	0	0		0		0
sub-total	1 824	0			281 762		343 869

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

em 31 de Dezembro de 2010

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço unitário	Valor de balanço total
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.1 - De dívida pública							
PGB, 3,2%, 15/04/2011, GOVT		193 000	101		195 173	102,21	197 270
PGB, 3,35%, 15/10/2015, GOVT		1 800 000	98		1 757 340	91,16	1 640 803
PGB, 5,45%, 23/09/2013, GOVT		184 000	107		196 449	103,21	189 907
sub-total	0	2 177 000			2 148 963		2 027 980
2.1.2.2 - De outros emissores públicos							
sub-total							
2.1.2.3 - De outros emissores							
BANCO BPI, 3%, 17/07/2012, CORP		200 000	100		199 180	97,70	195 392
BCP, 3,625%, 19/01/2012, CORP		900 000	102		913 943	101,41	912 664
BES, 3,75%, 19/01/2012, CORP		700 000	102		713 300	101,66	711 589
BES, FRN, 08/05/2013, CORP		50 000	100		49 933	82,08	41 040
BES, FRN, 19/03/2012, CORP		400 000	95		380 200	90,64	362 567
sub-total	0	2 250 000			2 256 556		2 223 251
sub-total	0	4 427 000			4 405 519		4 251 231
total	1 824	4 427 000			4 687 281		4 595 100
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.2.1.1 - Acções							
sub-total	0	0			0		0
2.2.1.2 - Títulos de participação							
sub-total							
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
sub-total	0	0			0		0
2.2.1.4 - Outros							
sub-total							
sub-total	0	0			0		0
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
BGB, 4%, 28/03/2017, GOVT		676 000	96		651 664	105,68	714 401
DBR, 4%, 04/01/2037, GOVT		1 615 000	92		1 485 503	112,48	1 816 555
DBR, 4,75%, 04/07/2034, GOVT		300 000	104		313 050	121,87	365 602
FRTR, 4,25%, 25/10/2017, GOVT		1 089 000	101		1 095 886	109,78	1 195 473
FRTR, 4,25%, 25/10/2023, GOVT		777 000	96		742 445	108,00	839 138
GGB, 3,7%, 20/07/2015, GOVT		839 000	96		807 355	69,09	579 661
GGB, 4,6%, 20/05/2013, GOVT		753 000	102		764 871	84,95	639 640
NETHERLANDS, 4,5%, 15/07/2017, GOVT		180 000	110		197 982	113,52	204 328
OBL, 3,5%, 08/04/2011, GOVT		30 000	98		29 306	103,36	31 008
OBL, 4%, 13/04/2012, GOVT		258 000	100		259 213	107,18	276 515
RAGB, 3,5%, 15/09/2021, GOVT		308 000	90		277 031	100,96	310 941
sub-total	0	6 825 000			6 624 303		6 973 262
2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
sub-total							
2.2.2.3 - De outros emissores							
ABN AMRO, FRN, 08/06/2015, CORP, CALL		110 000	100		109 761	80,26	88 281
ABN AMRO, FRN, 15/01/2013, CORP		400 000	100		401 480	100,55	402 214
ALLIANCE & LEICESTER, FRN, 20/06/2012, CORP		110 000	100		109 640	97,71	107 485
ALLIED IRISH BKS, FRN, 15/09/2011, CORP		200 000	100		199 768	81,55	163 100
ANZ BANK, 4,375%, 24/05/2012, CORP		32 000	98		31 390	106,36	34 036
AUTOSTRAD, FRN, 09/06/2011, CORP		400 000	100		400 400	100,10	400 402
BANCA INTESA, FRN, 11/04/2013, CORP		100 000	100		100 065	97,57	97 573
BANCO SABADELL, FRN, 26/10/2011, CORP		100 000	100		99 931	98,50	98 505
BANIF, FRN, 22/05/2012, CORP		100 000	100		99 729	100,31	100 312

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

em 31 de Dezembro de 2010

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço unitário	Valor de balanço total
BANK OF AMERICA, FRN, 12/09/2013, CORP		200 000	100		199 498	95,07	190 132
BANK OF IRELAND, FRN, 26/09/2011, CORP		50 000	100		49 942	90,10	45 048
BANKINTER, FRN, 21/06/2012, CORP		100 000	100		99 955	96,17	96 168
BCP FINANCE BANK, FRN, 21/12/2016, CORP, CALL)		100 000	100		99 909	65,04	65 037
BELGELEC FINANCE, FRN, 03/05/2011, CORP		150 000	100		149 861	100,08	150 122
BES FINANCE, FRN, 21/04/2011, CORP		70 000	100		70 126	97,80	68 458
BHP, 4.375%, 26/02/2014, CORP		50 000	96		48 061	110,07	55 036
BMW FINANCE, 4.25%, 22/01/2014, CORP		258 000	96		248 291	109,17	281 650
BMW UK, FRN, 17/10/2011, CORP		400 000	100		400 000	100,28	401 108
BMW UK, FRN, 30/09/2011, CORP		500 000	100		500 000	100,07	500 336
BPU BANCA, FRN, 30/10/2018, CORP, CALL)		100 000	101		100 800	91,92	91 924
CAJA MEDITERRANEO, FRN, 03/02/2011, CORP		100 000	100		99 952	99,66	99 664
CAJAMM, FRN, 01/03/2018, CORP, CALL)		200 000	100		199 488	66,27	132 541
CAM INTERNATIONAL, FRN, 26/04/2017, CORP, CALL)		50 000	100		49 910	76,16	38 080
CELF 2007-1X B, FRN, 03/05/2023, MTGE		100 000	100		100 000	68,26	68 264
CEMG-CAYMAN ISLAND, FRN, 19/09/2011, CORP		250 000	100		249 423	96,84	242 095
CITIGROUP, 4.75%, 31/05/2017, CORP, CALL)		150 000	99		148 484	94,48	141 717
CITIGROUP, FRN, 03/06/2011, CORP		80 000	100		79 816	99,86	79 887
COMMERZBANK, 4.125%, 13/09/2016, CORP, CALL)		200 000	97		193 860	85,70	171 393
CRSM 9 A2, FRN, 13/11/2047, MTGE		123 717	100		123 717	71,78	88 810
DAIMLER, 6.125%, 08/09/2015, CORP		100 000	99		99 356	115,46	115 458
DIAGEO FINANCE, FRN, 22/05/2012, CORP		300 000	100		298 801	99,86	299 586
DNBK, FRN, 16/01/2014, CORP		200 000	100		199 814	99,06	198 110
DNBK, FRN, 30/05/2017, CORP, CALL)		250 000	100		249 310	97,27	243 164
E.ON, 5.25%, 08/09/2015, CORP		50 000	100		49 831	112,37	56 186
EDP FINANCE, 3.25%, 16/03/2015, CORP		500 000	99		497 080	94,87	474 326
EDP FINANCE, 3.75%, 22/06/2015, CORP		490 000	99		483 408	97,14	475 992
EFG HELLAS, FRN, 08/06/2017, CORP, CALL)		50 000	100		49 955	47,17	23 584
EFG HELLAS, FRN, 28/03/2012, CORP		50 000	100		49 955	85,84	42 922
ENBW, 5.875%, 28/02/2012, CORP		42 000	104		43 718	109,90	46 159
ENDESA CAPITAL, FRN, 05/07/2012, CORP		400 000	99		395 936	99,29	397 152
ENDESA CAPITAL, FRN, 22/11/2011, CORP		150 000	100		149 862	99,80	149 704
ENEL, 5.25%, 20/06/2017, CORP		150 000	100		150 374	109,86	164 787
ENEL, FRN, 20/06/2014, CORP		750 000	99		741 256	97,50	731 237
ENI, FRN, 29/06/2015, CORP		700 000	103		718 850	100,37	702 576
EUROC VII-X A, FRN, 04/04/2023, MTGE		96 660	100		96 457	89,30	86 319
FORTIS BANK, 4.25%, 23/03/2021, CORP, CALL)		150 000	94		141 000	102,73	154 095
FORTIS BANK, FRN, 17/01/2017, CORP, CALL)		200 000	100		200 400	94,44	188 884
FRANCE TELECOM, 4.625%, 23/01/2012, CORP		25 000	98		24 592	107,65	26 912
GAZPROM, 5.364%, 31/10/2014, CORP		50 000	99		49 325	105,47	52 737
GE CAPITAL FNDNG, 4.75%, 28/09/2012, CORP		320 000	100		320 774	105,78	338 491
GE CAPITAL FNDNG, 5.375%, 16/01/2018, CORP		50 000	100		49 856	112,23	56 114
GE CAPITAL FNDNG, FRN, 22/02/2016, CORP		350 000	100		349 363	94,50	330 753
GE CAPITAL FNDNG, FRN, 28/07/2014, CORP		200 000	97		194 500	97,54	195 073
GRAN MORTGAGES 2004-3 2A2, FRN, 20/09/2044, MTGE		9 423	100		9 423	93,40	8 801
HARBM 9X B, FRN, 08/05/2023, MTGE		100 000	100		100 000	70,78	70 783
HBOS, 4.125%, 06/02/2012, CORP		50 000	97		48 610	105,98	52 990
HBOS, FRN, 01/09/2016, CORP, CALL)		50 000	100		50 190	82,26	41 130
HERME 10 A, FRN, 18/09/2039, MTGE		70 013	100		70 013	96,06	67 256
HYPO REAL ESTATE BANK, FRN, 24/05/2011, CORP		200 000	100		199 720	99,76	199 519
IBERDROLA, 4.875%, 04/03/20014, CORP		400 000	106		425 600	107,97	431 898
ING BANK, 4.625%, 15/03/2019, CORP, CALL)		280 000	98		274 271	103,35	289 394
ING BANK, FRN, 18/03/2016, CORP, CALL)		200 000	100		199 756	88,79	177 573
ING BANK, FRN, 18/06/2012, CORP		400 000	100		401 440	100,33	401 326

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

em 31 de Dezembro de 2010

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço unitário	Valor de balanço total
ING GROEP, FRN, 11/04/2016, CORP		100 000	100		99 739	93,35	93 350
JOHNSON & JOHNSON, 4.75%, 06/11/2019, CORP		50 000	99		49 633	111,88	55 939
LANDSBANKI ISLAND, FRN, 18/05/2012, CORP, INCUMP)		50 000	100		49 864	3,00	1 500
LEHMAN BROTHERS HLDG, FRN, 20/07/2012, CORP, INCUMP)		140 000	100		139 929	22,08	30 917
LLOYDS, FRN, 25/03/2013, CORP		400 000	100		401 880	99,89	399 546
MALIN 2007-1X D, FRN, 07/05/2023, MTGE		100 000	100		100 000	52,35	52 353
MERRILL LYNCH, FRN, 31/01/2014, CORP		150 000	100		149 816	93,32	139 982
MORGAN STANLEY, FRN, 29/11/2013, CORP		240 000	100		239 556	95,75	229 795
NAB, FRN, 22/10/2013, CORP		350 000	100		350 035	100,08	350 271
NAB, FRN, 23/01/2012, CORP		400 000	98		390 480	100,10	400 399
NATIONWIDE BLDG, FRN, 22/12/2016, CORP, CALL)		50 000	100		49 954	90,44	45 219
NATIXIS, FRN, 14/05/2019, CORP, CALL)		250 000	97		242 545	99,38	248 461
NATL GRID, 4.125%, 21/03/2013, CORP		150 000	95		143 034	107,46	161 191
NATL GRID, FRN, 18/01/2012, CORP		150 000	100		150 255	100,08	150 120
OHECP 2007-1X B, FRN, 15/08/2023, MTGE		100 000	100		100 000	83,06	83 060
OHECP 2007-1X C1, FRN, 15/08/2023, MTGE		100 000	99		99 094	81,93	81 927
PROCTER & GAMBLE, 4.5%, 12/05/2014, CORP		50 000	98		48 760	110,18	55 090
RAIFF ZENTRALBK, 4.75%, 15/06/2012, CORP		150 000	100		149 342	106,14	159 210
REPSOL INTL FINANCE, FRN, 16/02/2012, CORP		150 000	100		149 863	99,42	149 137
RHIPO 8 B, FRN, 19/01/2044, MTGE		200 000	100		200 000	49,25	98 504
SAN PAOLO IMI, FRN, 28/06/2016, CORP, CALL)		140 000	100		140 120	95,51	133 708
SANPAOLO IMI, FRN, 20/02/2018, CORP, CALL)		50 000	100		50 038	90,30	45 148
SANTANDER INTL DEBT, FRN, 30/01/2012, CORP		50 000	100		49 954	98,34	49 169
SANTANDER ISSUAN, 4.5%, 30/09/2019, CORP, CALL)		200 000	96		192 688	86,40	172 790
SCHNEIDER ELECTRIC, FRN, 18/07/2011, CORP		400 000	100		399 750	100,16	400 646
SHELL INT FIN, 4.625%, 22/05/2017, CORP		50 000	98		48 860	111,28	55 642
SHIELD 1B, FRN, 20/01/2014, MTGE		200 000	100		200 000	98,13	196 268
SKANDINAV ENSKIL, FRN, 28/09/2017, CORP, CALL)		70 000	100		70 140	96,48	67 536
SNS BANK NEDERLAND, FRN, 06/10/2011, CORP		100 000	100		99 920	99,90	99 899
ST GOBAIN, FRN, 11/04/2012, CORP		100 000	100		99 874	99,86	99 864
SVENSKA HANDELSBANKEN, FRN, 19/10/2017, CORP, CALL)		200 000	100		200 052	97,45	194 900
SYDBANK, FRN, 01/06/2011, CORP		100 000	100		99 820	100,01	100 008
TELECOM ITALIA, 6.25%, 01/02/2012, CORP		118 000	104		122 862	110,08	129 896
TELECOM ITALIA, FRN, 06/12/2012, CORP, CALL)		200 000	99		198 490	98,56	197 121
TELEFONICA, 5.125%, 14/02/2013, CORP		124 000	100		124 037	109,60	135 907
TELJASONERA, FRN, 07/03/2013, CORP		500 000	100		499 487	99,82	499 115
UBS, 4.5%, 16/09/2019, CORP, CALL)		233 000	97		225 758	99,89	232 739
UNLEVERAGED EUROPEAN ABS 12 (131), FRN, 16/10/2013, CORP		476 519	91		432 484	81,97	390 592
VIVENDI UNIVERSAL, 3.875%, 15/02/2012, CORP		65 000	95		61 475	105,74	68 732
VODAFONE GROUP, FRN, 05/09/2013, CORP		200 000	100		199 876	99,79	199 586
VODAFONE GROUP, FRN, 06/06/2014, CORP		400 000	98		393 000	98,78	395 112
VODAFONE GROUP, FRN, 13/01/2012, CORP		200 000	99		198 972	100,38	200 756
VOLKSWAGEN BANK, FRN, 27/06/2011, CORP		100 000	100		99 975	100,04	100 040
VOLKSWAGEN LEASING, 4.125%, 31/05/2011, CORP		258 000	97		251 393	103,54	267 123
VOLKSWAGEN, FRN, 10/04/2012, CORP		320 000	100		319 770	100,64	322 035
sub-total	0	20 351 333			20 228 621		19 530 670
sub-total		27 176 333			26 852 924		26 503 932
total	0	27 176 333			26 852 924		26 503 932
2.4 - Derivados de cobertura							
sub-total	0	0			0		0
3 - TOTAL GERAL	6 824	32 803 333			33 183 470		32 700 762

5. Relatório Sobre o Governo da Sociedade

Avaliação do grau de cumprimento dos Princípios de Bom Governo a que a Companhia se encontra obrigada de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007.

Princípios do Bom Governo	Recomendações	Grau de cumprimento (1)	Referência no relatório
Missão, Objectivos e Princípios Gerais de Actuação	Cumprimento, respeito e divulgação da missão, objectivos e políticas, para si e para as participadas que controla, fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, visando salvaguardar e expandir a sua competitividade, com respeito pelos princípios fixados de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e satisfação das necessidades da colectividade;	Cumprido.	1.1. e 1.2.
	Elaboração de planos de actividade e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta a sua missão e os objectivos fixados;	Cumprido.	1.2.
	Adopção de planos de igualdade, de modo a alcançar uma efectiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres e permitindo a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;	Cumprido.	2.3.1. e 2.3.2.
	Reporte de informação anual, de como foi prosseguida a missão, grau de cumprimento dos objectivos, forma de cumprimento da política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e forma de salvaguarda da sua competitividade;	Cumprido.	1.2.
	Cumprimento de legislação e regulamentação, adoptando um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de protecção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral;	Cumprido.	2.2.1. a 2.2.5.
	Tratamento com respeito e integridade de todos os trabalhadores, contribuindo para a sua valorização pessoal;	Cumprido.	2.3.3.
	Tratamento com equidade de clientes, fornecedores e demais titulares de direitos legítimos, estabelecendo e divulgando procedimentos adoptados em matéria de aquisição de bens e serviços, adoptando critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia, que assegurem a eficiência das transacções realizadas e que garantam a igualdade de oportunidades para todos os interessados, devendo divulgar anualmente todas as transacções que não tenham ocorrido em condições de mercado e a lista dos fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (se a % ultrapassar 1M€);	Cumprido.	3. e 4.
	Conduzir com integridade todos os negócios da empresa (ter ou aderir a um código ético que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos e proceder à sua divulgação).	Cumprido.	2.1.1.
Estruturas de Administração e Fiscalização	Número de membros não exceder o de empresas privadas comparáveis, de dimensão semelhante e do mesmo sector;	Cumprido.	5.1. e 5.2.
	O modelo de governo deve assegurar a efectiva segregação de funções de administração e fiscalização;	Cumprido.	5.4.
	Empresas de maior dimensão e complexidade devem ter as contas auditadas por entidades independentes com padrões idênticos aos praticados para empresas admitidas à negociação em mercados regulamentados, devendo os membros do órgão de fiscalização ser os responsáveis pela selecção, confirmação e contratação de auditores, pela aprovação de eventuais serviços alheios à função de auditoria e ser os interlocutores empresa/auditores;	Cumprido.	5.3.
	Implementação do sistema de controlo, que proteja os investimentos e activos da empresa e que abarque todos os riscos relevantes assumidos pela empresa;	Cumprido.	5.4.
	Promover a rotação e limitação dos mandatos dos membros dos órgãos de fiscalização.	Cumprido.	5.2.

(continuação)

Princípios do Bom Governo	Recomendações	Grau de cumprimento (1)	Referência no relatório
Remuneração e Outros Direitos	Divulgação anual das remunerações totais (fixas e variáveis) auferidas por cada membro do órgão de administração;	Cumprido.	6.
	Divulgação anual das remunerações totais auferidas por cada membro do órgão de fiscalização;	Cumprido.	6.
	Divulgação anual dos demais benefícios e regalias (seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela empresa).	Cumprido.	6.
Prevenção de conflitos de interesses	Obrigação dos membros dos órgãos sociais de se absterem de intervir em decisões que envolvam o seu próprio interesse;	Cumprido.	5.5.
	Obrigação dos membros dos órgãos sociais de declararem quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa;	Cumprido.	5.5.
	Obrigação dos membros dos órgãos sociais de declararem relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros, susceptíveis de gerar conflito de interesse.	Cumprido.	5.5.
Divulgação de informação relevante	Divulgar publicamente, de imediato, todas as informações de que tenham conhecimento, susceptíveis de afectar de modo relevante a situação económica, financeira e patrimonial da empresa;	Cumprido.	7.1.
	Incluir no Relatório de Gestão ponto relativo ao governo da sociedade (regulamentos internos e externos a que está sujeita, informações sobre transacções relevantes com entidades relacionadas, remunerações dos membros dos órgãos sociais, análise de sustentabilidade e avaliação do grau de cumprimento dos Princípios do Bom Governo);	Cumprido.	7.2. e 7.3.
	Nomeação do provedor do cliente, quando se justificar.	Cumprido.	7.4.

(1) Grau de cumprimento: cumprido, cumprido parcialmente, não cumprido, não aplicável.

1. Missão, Objectivos e Políticas da Empresa

1.1. Missão

A Companhia tem como Missão consolidar a sua posição no sector segurador, através quer da oferta de produtos e da prestação de serviços de qualidade, quer do contributo para a criação de valor em conjunto com todas as entidades que se relacionam com a empresa.

1.2. Principais Objectivos Estratégicos

A Companhia, para além das orientações estratégicas definidas para a globalidade do Sector Empresarial do Estado através de Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 70/2008, de 22 de Abril, está sujeita a orientações de gestão específicas definidas pelo accionista.

Essas orientações consubstanciam-se nos seguintes três grandes objectivos estratégicos, que funcionam como linhas de orientação de longo prazo e de suporte à actuação da empresa: criação de valor para o Accionista; melhoria da oferta e da qualidade de serviço aos Clientes; valorização e motivação dos Colaboradores.

A Companhia desenvolve anualmente um processo de planeamento, consubstanciado na elaboração do Orçamento, sendo igualmente estabelecidos os objectivos que decorrem da Missão e do Quadro de referência estratégico em vigor.

O acompanhamento da execução do plano de actividade e orçamento aprovados, é realizado a partir de um sistema de informação de gestão.

Anualmente, é apresentada no Relatório e Contas uma avaliação da actividade desenvolvida.

2. Princípios Gerais de Actuação

2.1. Regulamentos Internos e Externos a que a Empresa está Sujeita

A Companhia está sujeita a todas as normas legais relativas às sociedades anónimas, designadamente ao Código das Sociedades Comerciais, e às decorrentes do seu estatuto de empresa de capitais públicos, de que se destacam a Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de Março, que aprovou os princípios de bom governo das empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE), cujo regime jurídico consta do DL nº 558/99, de 17 de Dezembro, com a redacção actualmente em vigor.

A Companhia está também sujeita a normas aplicáveis em matéria de acesso e exercício da actividade seguradora.

A Companhia dispõe de um Sistema de Normas Interno (SNI), publicado na intranet ou divulgado internamente através dos meios de comunicação institucionais, às quais todos os colaboradores se encontram sujeitos, o qual abrange os aspectos mais relevantes do respectivo funcionamento e do exercício da actividade. O SNI estabelece as regras e competências relativas à produção, gestão, meios de suporte, divulgação e acesso a normas, nomeadamente sobre a estrutura orgânica, as características de produtos e serviços e os procedimentos ou informações relevantes.

2.1.1. Código de Conduta

A Companhia dispõe de um Código de Conduta, que contempla e sistematiza os princípios gerais e as regras de conduta aplicáveis a todos os colaboradores, publicado na intranet ou divulgado internamente através dos meios de comunicação institucionais, Código de Conduta este que se encontra igualmente publicado no sítio da internet da Companhia.

2.2. Cumprimento de Legislação e Regulamentação

Toda a actividade da Companhia é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e de boas práticas, existindo um sistema de controlo interno para monitorizar esse cumprimento.

Neste contexto, a Companhia adopta um comportamento eticamente correcto na aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de protecção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.

2.2.1. Aplicação de normas de natureza fiscal

No que se reporta ao cumprimento da legislação e regulamentação em matéria fiscal, a Companhia dispõe dos competentes serviços destinados ao cumprimento das obrigações fiscais e à interpretação das normas aplicáveis, quer as relativas à empresa quer as relativas aos respectivos produtos.

2.2.2. Aplicação de normas de branqueamento de capitais

No que concerne à prevenção de branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo, a actividade da Companhia é norteada pelo cumprimento rigoroso da legislação e regulamentação, embora a sua actividade não esteja exposta a este tipo de ameaça. Assim, os colaboradores da empresa encontram-se obrigados ao cumprimento escrupuloso dos deveres consagrados no ordenamento jurídico vigente, designadamente o dever de diligência relativo ao conhecimento das relações de negócio levadas a cabo pelos respectivos clientes, o de conservação dos documentos e o de comunicação tempestiva das operações potencialmente suspeitas de configurar branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo.

2.2.3. Normas de concorrência e de protecção do consumidor

Tem sido preocupação da Companhia assegurar uma total transparência das práticas comerciais, procurando reduzir a complexidade dos produtos, melhorando os seus conteúdos informativos e não se envolvendo em metodologias de venda agressivas, que possam comprometer uma sã e menos leal concorrência.

Assim, a Companhia tem vindo a implementar um circuito para o lançamento e comercialização de produtos que tem em consideração o enquadramento legislativo e regulamentar aplicável, nomeadamente as normas de concorrência e de protecção do consumidor.

2.2.4. Aplicação de normas de natureza ambiental

A Companhia está comprometida com a preservação do ambiente, traduzida não só na aplicação das normas de natureza ambiental, mas também na promoção de comportamentos ambientalmente adequados.

2.2.5. Aplicação de normas de índole laboral

A Companhia pauta as suas relações laborais por critérios de grande rigor e elevados padrões éticos, procurando sempre evitar o conflito através do diálogo esclarecedor e construtivo com os seus colaboradores.

2.3. Implementação de Políticas de Recursos Humanos

A política de recursos humanos da Companhia é norteada por um conjunto de pilares fundamentais que assentam nos seguintes princípios:

- A humanização das relações e das condições de trabalho;
- A prática da não discriminação traduzida numa gestão com princípios de igualdade, sem ignorar a diversidade;
- O respeito pela dignidade e promoção da Pessoa;
- A adopção de políticas integradas que articulam medidas de prevenção, educação, formação, emprego, conciliação do trabalho e da família e igualdade de oportunidades.

2.3.1. Igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres

A distribuição do efectivo na Companhia apresenta uma distribuição equitativa por sexos, comum às funções administrativas, técnicas e específicas.

O processo de recrutamento e selecção respeita integralmente o princípio da igualdade de oportunidades, sendo a selecção feita de acordo com o currículo e o perfil de competências de cada candidato. Assim, a Companhia não exerce qualquer discriminação no recrutamento com base no género/etnia/nacionalidade.

Por outro lado, a Companhia, no âmbito das boas práticas seguidas na sua política de recursos humanos e da promoção da valorização da pessoa enquanto tal, entende também que deve ser dada igualdade de tratamento e de oportunidades a pessoas portadoras de deficiência.

2.3.2. Conciliação da vida pessoal, familiar e profissional

A Companhia tem procurado implementar um conjunto de medidas de apoio à conciliação do trabalho e da família, destacando-se as seguintes:

- Adequação e flexibilidade de horários e condições de trabalho;
- Mobilidade interna;
- Adequação de cada colocação às condições físicas e psicológicas dos trabalhadores, equipando os postos de trabalho de acordo com as necessidades específicas apresentadas.

2.3.3. Valorização profissional dos trabalhadores

A Companhia promove a formação dos seus colaboradores, como forma de valorização profissional dos mesmos, sendo estes incentivados à formação permanente e contínua ao longo da sua vida profissional.

3. Transacções Relevantes com Entidades Relacionadas

Ver Nota 29 do anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010.

4. Outras Transacções

4.1. Procedimentos em Matéria de Aquisição de Bens e Serviços

A Companhia dispõe de procedimentos transparentes relativos à aquisição de bens e serviços, pautados pela adopção de critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia.

Os procedimentos adoptados são os seguintes:

- Consultas ao mercado – em regra, são consultados três fornecedores por aquisição;
- Selecção de fornecedores – com base na análise comparativa das propostas apresentadas;
- Autorização de despesas – de acordo com as competências delegadas e regras internamente definidas;
- Contratos com fornecedores de bens/prestadores de serviços – formalização dos contratos estabelecidos.

4.2. Transacções que não Tenham Ocorrido em Condições de Mercado

Não se verificaram na Companhia transacções fora das condições de mercado.

4.3. Lista de Fornecedores que Representam mais de 5% dos Fornecimentos e Serviços Externos em Base Individual

Não existem na Companhia fornecedores nestas condições.

5. Modelo Societário

O modelo de governo da sociedade que assegura a efectiva segregação de funções de administração e fiscalização, é composto, de acordo com os Estatutos da Sociedade, pelos seguintes órgãos sociais:

- A Assembleia Geral;
- O Conselho de Administração;
- O Conselho Fiscal.

Os membros dos órgãos sociais da Companhia são eleitos por um período de três anos, podendo ser reeleitos.

5.1. Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral tem a seguinte composição:

Presidente: Sr. Dr. José Filipe de Sousa Meira

Secretário: Sr. Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

A Assembleia Geral, cujo mandato em curso corresponde ao período 2008-2010 delibera sobre as matérias que lhe são atribuídas por lei e pelos Estatutos da Sociedade.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração, cujo mandato em curso corresponde ao período 2008-2010 tem a seguinte composição:

Presidente: “CAIXA SEGUROS E SAÚDE, S.G.P.S., S.A.”, que nomeou para exercer o cargo em nome próprio o Sr. Dr. Francisco Adelino Gusmão Esteves de Carvalho.

Vogais: Sr. Dr. Fernando Augusto Ferreira Santos

Sra. Dra. Ana Rita Martins Sambado de Macedo

As competências do Conselho de Administração decorrem da lei e dos Estatutos da Sociedade.

5.2. Órgãos de Fiscalização

A fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas ou a uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as competências previstas na lei e cujo mandato em curso corresponde ao período 2008-2010.

5.2.1. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem a seguinte composição:

Presidente: Sr. Dr. Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias

Vogais: Sr. Dr. João Filipe Gonçalves Pinto

Sr. Dr. Luis Máximo dos Santos

Suplente: João Manuel Gonçalves Correia das Neves Martins

5.2.2. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas designada é a Deloitte & Associados, SROC, S.A.

5.3. Auditor Externo

A auditoria anual às contas da Companhia é efectuada por entidade independente externa, a Deloitte & Associados, SROC, S.A. que tem como interlocutores privilegiados o Conselho de Administração e o responsável pela Área de Contabilidade, Financeira e Administrativa.

5.4. Sistema de Controlo

A Companhia assegura a segregação das funções de execução das operações de mercado e o controlo do risco decorrente das mesmas.

No âmbito do controlo e gestão de riscos associados à actividade, a Companhia definiu políticas específicas de gestão de risco e controlo interno.

A Gestão de Risco é objecto de um capítulo autónomo do Relatório e Contas de que este relatório sobre o bom governo da sociedade constitui anexo.

5.5. Prevenção de Conflitos de Interesses

Os membros do Conselho de Administração têm pleno conhecimento das normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos e respeitam escrupulosamente essas mesmas normas na sua actividade.

Não existem incompatibilidades, decorrentes do Estatuto do Gestor Público ou de quaisquer outras normas, entre o exercício dos cargos de administração na Companhia e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração.

6. Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais e dos Colaboradores

Órgãos Sociais

A Comissão de Remunerações de que é membro a Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., representada pelo Senhor Dr. José Filipe de Sousa Meira e pelo Senhor Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro submeteu à Assembleia Geral de 26 de Março de 2010, em cumprimento do estabelecido no artigo 2º da Lei 28/2009, de 19 de Junho, uma declaração sobre política de remuneração dos membros dos respectivos órgãos de administração e de fiscalização que foi aprovada pelo accionista único.

De acordo com a referida declaração, a política de remuneração assenta nos seguintes princípios:

- A remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade, quando o exercício de funções seja remunerado, é fixada tendo como referência os princípios orientadores da política de fixação de remunerações dos membros dos órgãos sociais das empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos.
- Neste contexto, a remuneração fixa dos membros com funções executivas do Conselho de Administração, quando exista, tem como referência uma grelha salarial aplicável aos administradores executivos das empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos, a qual é construída atendendo à dimensão, à complexidade de gestão e às condições concorrenciais do mercado de emprego do sector de actividade onde cada uma das empresas do Grupo está inserida.
- A remuneração variável dos administradores da sociedade com funções executivas, quando exista, é atribuída individualizada e anualmente, em função da avaliação do desempenho do exercício em causa, não excedendo 50% da remuneração fixa anual.
- Os membros do Conselho de Administração sem funções executivas, quando existam, não têm qualquer remuneração variável, podendo ter, se assim for definido, uma remuneração fixa.
- Os membros do Conselho Fiscal apenas auferem remuneração fixa, limitada a um máximo de 15% da remuneração fixa dos administradores executivos com cargo correspondente.

A política de remuneração supra-definida foi a aplicada no exercício de 2010 tendo o quantitativo das remunerações dos membros dos órgãos de administração sofrido, com efeitos a 1 de Junho de 2010, os impactos decorrentes do estabelecido no artigo 12º, n.º1, da Lei 12-A/2010, de 30 de Junho, que determinou que “A remuneração fixa mensal ilíquida dos gestores públicos executivos e não executivos, incluindo os pertencentes ao sector público local e regional, e dos equiparados a gestores públicos, é reduzida a título excepcional em 5%.

Acresce que, em cumprimento do Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República de 29 de Março, não foi atribuída, em 2010, qualquer remuneração variável aos membros do órgão de administração.

Para além disto, com efeitos a 1 de Janeiro de 2011, entraram em vigor as reduções remuneratórias, aplicáveis aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização de empresas públicas de capital exclusiva ou maioritariamente público, decorrentes do artigo 19º da Lei 55-A/2010, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2011.

A informação sobre o montante anual da remuneração auferida pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização consta no respectivo Anexo às Demonstrações Financeiras do Relatório e Contas de 2010.

Colaboradores abrangidos pela Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal

A política de remuneração dos colaboradores é aprovada pelo Conselho de Administração.

O modelo salarial é único para toda a organização, procurando-se para cada função estabelecer princípios que conduzam a uma prática de equidade interna.

A remuneração tem uma componente fixa e uma componente variável.

A remuneração variável é atribuída, individualizada e anualmente, em função da avaliação do desempenho do exercício a que se reporta, estando limitada em conformidade com o respectivo regulamento anual.

A remuneração variável é atribuída considerando os seguintes factores: o desempenho da unidade orgânica em que o colaborador se insere e o desempenho individual.

A avaliação de desempenho individual é feita com base no Modelo de Avaliação de Desempenho que tem duas vertentes: a das competências, comportamentais e específicas da função, e a dos objectivos quantitativos.

Na avaliação de desempenho dos colaboradores abrangidos pela Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, de 1 de Abril, a componente associada às competências tem maior peso que a componente associada aos objectivos quantitativos.

Avaliação do grau de cumprimento das recomendações contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal

Em face do exposto, é possível fazer a seguinte avaliação sobre o grau de cumprimento das recomendações contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, em matéria de política de remuneração.

Item	Recomendação	Grau de cumprimento	Observações
I. Princípios Gerais	I.1. As instituições devem adoptar uma política de remuneração consistente com uma gestão e controlo de riscos eficaz que evite uma excessiva exposição ao risco, que evite potenciais conflitos de interesses e que seja coerente com os objectivos, valores e interesses a longo prazo da instituição, designadamente com as perspectivas de crescimento e rentabilidade sustentáveis e a protecção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes, beneficiários e contribuintes.	Cumprida	
	I.2. A política de remuneração deve ser adequada à dimensão, natureza e complexidade da actividade desenvolvida ou a desenvolver pela instituição e, em especial, no que se refere aos riscos assumidos ou a assumir.	Cumprida	
	I.3. As instituições devem adoptar uma estrutura clara, transparente e adequada relativamente à definição, implementação e monitorização da política de remuneração, que identifique, de forma objectiva, os colaboradores envolvidos em cada processo, bem como as respectivas responsabilidades e competências.	Cumprida	
II. Aprovação da política de remuneração	II.1. Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, no que se refere à remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, a política de remuneração deve ser aprovada por uma comissão de remuneração ou, no caso de a sua existência não ser exequível ou apropriada face à dimensão, natureza e complexidade da instituição em causa, pela assembleia geral ou pelo conselho geral e de supervisão, consoante aplicável.	Cumprida	
	II.2. No que se refere à remuneração dos restantes colaboradores abrangidos pela Circular, a política de remuneração deve ser aprovada pelo órgão de administração.	Cumprida	

(continuação)

Item	Recomendação	Grau de cumprimento	Observações
	II.3. Na definição da política de remuneração devem participar pessoas com independência funcional e capacidade técnica adequada, incluindo pessoas que integrem as unidades de estrutura responsáveis pelas funções-chave e, sempre que necessário, de recursos humanos, assim como peritos externos, de forma a evitar conflitos de interesses e a permitir a formação de um juízo de valor independente sobre a adequação da política de remuneração, incluindo os seus efeitos sobre a gestão de riscos e de capital da instituição.	Cumprida	
	II.4. A política de remuneração deve ser transparente e acessível a todos os colaboradores da instituição. A política de remuneração deve ainda ser objecto de revisão periódica e estar formalizada em documento(s) autónomo(s), devidamente actualizado(s), com indicação da data das alterações introduzidas e respectiva justificação, devendo ser mantido um arquivo das versões anteriores.	Cumprida	
	II.5. O processo de avaliação, incluindo os critérios utilizados para determinar a remuneração variável, deve ser comunicado aos colaboradores, previamente ao período de tempo abrangido pelo processo de avaliação.	Cumprida	
III. Comissão de remuneração	III.1. A comissão de remuneração, caso exista, deve efectuar uma revisão, com uma periodicidade mínima anual, da política de remuneração da instituição e da sua implementação, em particular, no que se refere à remuneração dos membros executivos do órgão de administração, incluindo a respectiva remuneração com base em acções ou opções, de forma a permitir a formulação de um juízo de valor fundamentado e independente sobre a adequação da política de remuneração, à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respectivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.	Cumprida	
	III.2. Os membros da comissão de remuneração devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e cumprir com requisitos de idoneidade e qualificação profissional adequados ao exercício das suas funções, em particular possuir conhecimentos e/ou experiência profissional em matéria de política de remuneração.	Cumprida	
	III.3. No caso de a comissão de remuneração recorrer, no exercício das suas funções, à prestação de serviços externos em matéria de remunerações, não deve contratar pessoa singular ou colectiva que preste ou tenha prestado, nos três anos anteriores, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração ou que tenha relação actual com consultora da instituição, sendo esta recomendação igualmente aplicável a qualquer pessoa singular ou colectiva que com aqueles se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Não aplicável	Não há recurso a prestação de serviços externos em matéria de remunerações.
	III.4. A comissão de remuneração deve informar anualmente os accionistas sobre o exercício das suas funções e deve estar presente nas assembleias gerais em que a política de remuneração conste da ordem de trabalhos.	Cumprida	
	III.5. A comissão de remuneração deve reunir-se com uma periodicidade mínima anual, devendo elaborar actas de todas as reuniões que realize.	Cumprida	

(continuação)

Item	Recomendação	Grau de cumprimento	Observações
IV. Remuneração dos membros do órgão de administração Membros executivos	IV.1. A remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente variável, cuja determinação dependa de uma avaliação do desempenho, realizada pelos órgãos competentes da instituição, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, incluindo critérios não financeiros, que considere, para além do desempenho individual, o real crescimento da instituição e a riqueza efectivamente criada para os accionistas, a protecção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes, beneficiários e contribuintes, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à actividade da instituição.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República de 29 de Março.
	IV.2. As componentes fixa e variável da remuneração total devem estar adequadamente equilibradas. A componente fixa deve representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade de não pagamento de qualquer componente variável da remuneração. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República de 29 de Março.
	IV.3. Uma parte substancial da componente variável da remuneração deve ser paga em instrumentos financeiros emitidos pela instituição e cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazos da instituição. Esses instrumentos financeiros devem estar sujeitos a uma política de retenção adequada destinada a alinhar os incentivos pelos interesses a longo prazo da instituição e ser, quando não cotados em bolsa, avaliados, para o efeito, pelo seu justo valor.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República de 29 de Março. Acresce que tratando-se de uma empresa pública de capital exclusivamente público não há lugar à emissão de instrumentos financeiros pela própria instituição para atribuição aos seus administradores.
	IV.4. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da instituição ao longo desse período.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República de 29 de Março.
	IV.5. A parte da componente variável sujeita a diferimento deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República de 29 de Março.
	IV.6. Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a instituição, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela instituição.	Cumprida	
	IV.7. Até ao termo do seu mandato, devem os membros executivos do órgão de administração manter as acções da instituição a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com excepção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas acções.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República de 29 de Março.

(continuação)

Item	Recomendação	Grau de cumprimento	Observações
Membros não executivos	IV.8. Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República de 29 de Março.
	IV.9. Após o exercício referido no ponto anterior, os membros executivos do órgão de administração devem conservar um certo número de acções, até ao fim do seu mandato, sujeito à necessidade de financiar quaisquer custos relacionados com a aquisição de acções, sendo que o número de acções a conservar deve ser fixado.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República de 29 de Março.
	IV.10. A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da instituição.	Cumprida	
	IV.11. Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração não seja paga se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho do membro do órgão de administração.	Não aplicável	Os gestores públicos estão sujeitos às regras previstas no estatuto do gestor público aprovado pelo Decreto-Lei 71/2007, de 27 de Março.
V. Remuneração dos colaboradores	V.1. Se a remuneração dos colaboradores da instituição incluir uma componente variável, esta deve ser adequadamente equilibrada face à componente fixa da remuneração, atendendo, designadamente, ao desempenho, às responsabilidades e às funções de cada colaborador, bem como à actividade exercida pela instituição. A componente fixa deve representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade de não pagamento de qualquer componente variável da remuneração. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Cumprida	
Relação entre a remuneração fixa e a remuneração variável	V.2. Uma parte substancial da componente variável da remuneração deve ser paga em instrumentos financeiros emitidos pela instituição e cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazos da instituição. Esses instrumentos financeiros devem estar sujeitos a uma política de retenção adequada destinada a alinhar os incentivos pelos interesses a longo prazo da instituição e ser, quando não cotados em bolsa, avaliados, para o efeito, pelo seu justo valor.	Não aplicável	Tratando-se de uma empresa pública de capital exclusivamente público não há lugar à emissão de instrumentos financeiros pela própria instituição para atribuição aos seus colaboradores.
Critérios de atribuição da remuneração variável	V.3. A avaliação de desempenho deve atender não apenas ao desempenho individual mas também ao desempenho colectivo da unidade de estrutura onde o colaborador se integra e da própria instituição, devendo incluir critérios não financeiros relevantes, como o respeito pelas regras e procedimentos aplicáveis à actividade desenvolvida, designadamente as regras de controlo interno e as relativas às relações com tomadores de seguros, segurados, participantes, beneficiários e contribuintes, de modo a promover a sustentabilidade da instituição e a criação de valor a longo prazo.	Cumprida	
	V.4. Os critérios de atribuição da remuneração variável em função do desempenho devem ser predeterminados e mensuráveis, devendo ter por referência um quadro plurianual, de três a cinco anos, a fim de assegurar que o processo de avaliação se baseia num desempenho de longo prazo.	Cumprida parcialmente	A política de remuneração dos colaboradores do Grupo CGD tem por referência um quadro anual, sendo que não se considera oportuno aplicar aos colaboradores sujeitos à Norma Regulamentar 5/2010 regras distintas face aos restantes colaboradores.

(continuação)

Item	Recomendação	Grau de cumprimento	Observações
Diferimento da remuneração variável	V.5. A remuneração variável, incluindo a parte diferida dessa remuneração, só deve ser paga ou constituir um direito adquirido se for sustentável à luz da situação financeira da instituição no seu todo e se se justificar à luz do desempenho do colaborador em causa e da unidade de estrutura onde este se integra. O total da remuneração variável deve, de um modo geral, ser fortemente reduzido em caso de regressão do desempenho ou desempenho negativo da instituição.	Cumprida	Não existe parte diferida da remuneração variável.
	V.6. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente de critérios de desempenho futuro, medidos com base em critérios ajustados ao risco, que atendam aos riscos associados à actividade da qual resulta a sua atribuição.	Não cumprida	A política de remuneração dos colaboradores do Grupo CGD tem por referência um quadro anual, sendo que não se considera oportuno aplicar aos colaboradores sujeitos à Norma Regulamentar 5/2010 regras distintas face aos restantes colaboradores.
	V.7. A parte da remuneração variável sujeita a diferimento nos termos do número anterior deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração, devendo a percentagem diferida aumentar significativamente em função do nível hierárquico ou responsabilidade do colaborador.	Não aplicável	Não existe parte da remuneração variável sujeita a diferimento nos termos do número anterior.
Remuneração dos colaboradores que exerçam funções chave	V.8. Os colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções-chave devem ser remunerados em função da prossecução dos objectivos associados às respectivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, devendo a remuneração proporcionar uma recompensa adequada à relevância do exercício das suas funções.	Cumprida	
	V.9. Em particular, a função actuarial e o actuário responsável devem ser remunerados de forma consentânea com o seu papel na instituição e não em relação ao desempenho desta.	Cumprida	
VI. Avaliação da política de remuneração	VI.1. A política de remuneração deve ser submetida a uma avaliação interna independente, com uma periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave da instituição, em articulação entre si.	Não aplicável	Dado que 2010 foi o primeiro exercício sujeito à aplicação da Norma Regulamentar 5//2010-R e à Circular 6/2010 a avaliação será feita em 2011.
	VI.2. A avaliação prevista no número anterior deve incluir, designadamente, uma análise da política de remuneração da instituição e da sua implementação, à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respectivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.	Não aplicável	Dado que 2010 foi o primeiro exercício sujeito à aplicação da Norma Regulamentar 5//2010-R e à Circular 6/2010 a avaliação será feita em 2011.
	VI.3. As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração e à assembleia geral ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da análise a que se refere o número VI.1., que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.	Não aplicável	Dado que 2010 foi o primeiro exercício sujeito à aplicação da Norma Regulamentar 5//2010-R e à Circular 6/2010 a avaliação será feita em 2011.

7. Divulgação de Informação Relevante

7.1. Divulgação de Informação Privilegiada

A Companhia não se encontra admitida à cotação, nem detém emissões de títulos transaccionados em mercados financeiros, pelo que não tem nomeado um representante para as relações com o mercado.

7.2. Divulgação de Informação Sobre o Governo Societário

O presente relatório sobre o Governo da Sociedade, que constitui um capítulo autónomo do Relatório e Contas de 2010 da Companhia, visa cumprir a Recomendação de incluir no Relatório de Gestão um ponto relativo ao governo da sociedade.

7.3. Análise da Sustentabilidade da Empresa

No actual contexto da economia mundial as matérias de desenvolvimento sustentável são cada vez mais importantes, uma vez que dizem respeito à responsabilidade das empresas para com os seus clientes, colaboradores e para com a sociedade em geral.

A Companhia tem, neste domínio, uma responsabilidade acrescida, não só porque integra o grupo Caixa Geral de Depósitos, mas também porque está integrada na Caixa Seguros e Saúde cujas participadas detêm, em conjunto, a liderança no mercado segurador e uma presença relevante na área da prestação de cuidados de saúde, inclusive por via de parcerias público-privadas.

Num contexto de instabilidade financeira e económica, como o que se continuou a viver durante o ano de 2010, os factores de transparência, ética e responsabilidade ganharam uma especial relevância, constituindo mais um elemento catalizador de uma provável mudança de paradigma, valores e atitudes em que os temas da sustentabilidade ganharam importância acrescida.

Em linha com o seu accionista, a Companhia encara a sustentabilidade como uma gestão equilibrada entre os aspectos de transparência e governo da sociedade, tendo, assim, em curso, um conjunto de acções concretas suportadas na solidez e capacidade de resposta às necessidades e expectativas da sociedade.

7.4. Nomeação de um Provedor do Cliente

A Companhia dispõe, desde Novembro de 2009, de um Provedor do Cliente, estando assegurado o direito de reclamação, bem como a apresentação de sugestões, que pode ser exercido em qualquer ponto de contacto com os seus clientes.

A Companhia dá particular ênfase à gestão e tratamento das reclamações, na dupla perspectiva de melhoria de serviço ao cliente e de controlo interno.

As reclamações e sugestões são tratadas e acompanhadas com o máximo rigor e celeridade, por estruturas dedicadas que garantem a centralização, a análise, o tratamento e a resposta a todas as reclamações e sugestões, qualquer que seja o canal de contacto e o suporte utilizado pelo Cliente.

6 ■ Relatório e Parecer do Conselho Fiscal e Certificação Legal das Contas

**CARES****COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.**Avenida José Malhoa, 13 - 7º
1070-157 Lisboa

CARES – COMPANHIA DE SEGUROS, SA
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
EXERCÍCIO DE 2010

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, dos estatutos e do mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório da actividade fiscalizadora e o parecer sobre os documentos de prestação de contas, elaborados pela Administração e da sua responsabilidade.

Acompanhámos a actividade da sociedade e verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias, tendo procedido às verificações consideradas convenientes,

Obtivemos do Conselho de Administração regular informação e esclarecimento sobre o funcionamento da empresa e andamento dos negócios sociais.

Apreciámos o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas do exercício e respectivos anexos, bem como a certificação legal de contas, emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e com que concordamos.

Considerando quanto antecede, o Conselho Fiscal emite o seguinte

PARECER

- Que a Assembleia-Geral aprove o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração;
- Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do relatório de gestão;

Finalmente, o Conselho Fiscal agradece ao Conselho de Administração e à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas toda a colaboração prestada.

Lisboa, 17 de Março de 2011.

O CONSELHO FISCAL

Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias

Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias - Presidente

João Filipe Gonçalves Pinto

João Filipe Gonçalves Pinto - Vogal

Luis Augusto Máximo dos Santos

Luis Augusto Máximo dos Santos - Vogal



CARES

COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Avenida José Malhoa, 13 - 7º
1070-157 Lisboa

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE COMPLEMENTAR AO RELATÓRIO E
PARECER DO CONSELHO FISCAL DA
CARES - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2010**

Em cumprimento do estabelecido no nº 6 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da empresa.

Declaram ainda que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa, contendo o referido relatório menção aos riscos e incertezas da actividade.

Lisboa, 17 de Março de 2011.

O CONSELHO FISCAL

Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias

(Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias - Presidente)

João Filipe Gonçalves Pinto

(João Filipe Gonçalves Pinto - Vogal)

Luís Augusto Máximo dos Santos

(Luís Augusto Máximo dos Santos - Vogal)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Cares – Companhia de Seguros, S.A. (“Companhia”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 que evidencia um total de 63.792.805 Euros e capital próprio de 16.908.777 Euros, incluindo um resultado líquido de 5.305.673 Euros, a Conta de ganhos e perdas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das variações do capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

4. As conclusões preliminares do Actuário Responsável da Companhia expressas na “Análise provisória dos níveis de provisionamento”, datada de 25 de Fevereiro de 2011, apontam para a existência de um excesso da provisão para sinistros registada nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de Dezembro de 2010 que poderá ascender a aproximadamente 10.500.000 Euros. Este montante não reflecte o efeito que a sua correcção teria ao nível da participação nos resultados a atribuir no âmbito dos tratados de resseguro aceite celebrados pela Companhia, nem os correspondentes efeitos fiscais. Devido a alterações na metodologia de análise das provisões utilizada em 2010, o referido excesso não foi quantificado de forma comparável face a 31 de Dezembro de 2009. Por este motivo, não é possível determinar o correspondente efeito no resultado do exercício de 2010.

Opinião

5. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos do assunto descrito no parágrafo 4 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Cares – Companhia de Seguros, S.A. em 31 de Dezembro de 2010, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector segurador.

Ênfase

6. A Certificação Legal das Contas sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2009, apresentadas para efeitos comparativos, foi emitida com data de 8 de Março de 2010, e incluía uma reserva sobre o assunto descrito no parágrafo 4 acima.

Relato sobre outros requisitos legais

7. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 9 de Março de 2011



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

CARES - Companhia de Seguros, S.A.

Grupo **Caixa Geral de Depósitos**